

LIGAS CAMPONESAS COMO QUESTÃO HISTORIOGRÁFICA

Max Fellipe Cezario Porphirio

Monografia do Curso de História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Licenciado em História.

Orientador: Professor Doutor João Márcio Mendes Pereira

Seropédica

Abril de 2013

LIGAS CAMPONESAS COMO QUESTÃO HISTORIOGRÁFICA

Max Fellipe Cezario Porphirio

Orientador: João Márcio Mendes Pereira

Monografia do curso de História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Licenciado em História.

Aprovada por:

Presidente, Prof. Dr. João Márcio Mendes Pereira

Prof^a. Dr^a. Graciela Bonassa Garcia

Prof. Dr. Jean Rodrigues Sales

Seropédica

Abril de 2013

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai, que com a sua ausência contribuiu para que eu tivesse noção de como um homem deve se portar.

À minha mãe por ter aberto mão da sua vida, quando ainda era uma jovem de 27 anos, para se dedicar à minha criação e da minha irmã, não deixando, até os dias de hoje, faltar nada em nossa casa, tanto no aspecto material como sentimental.

Aos meus avós Jurema e Moacyr pela participação essencial em minha vida.

À minha amiga e irmã Mayara pela revisão de alguns parágrafos dessa monografia e pelos diversos conselhos e broncas.

À Raphaela, que se transformou em um excelente motivo para frequentar, assiduamente, Seropédica, Mendes e o curso de História.

Ao professor João Márcio pela inestimável orientação, caracterizada, entre outras coisas, pela indicação e empréstimo de diversos livros, pela disponibilidade em revisar e ler os textos enviados e pelos conselhos e indicações sobre o recorte dessa e de futuras pesquisas.

Aos professores Fabiane Popinigis e Felipe Magalhães pela oportunidade de participar de suas pesquisas.

Aos professores Graciela Bonassa Garcia e Jean Rodrigues Sales por aceitarem fazer parte da banca.

Aos companheiros Bibiana, Caio, Danilo, Fábio (*Jamaica*), Felipe, Fernando, Jonathan, Igor (*Maga*), Livia e Rafael (*Rafão*) pelas conversas, no quiosque do Marcelo e na cantina do ICHS, sobre o futuro e as festas do dia anterior.

Por fim, àqueles que me ajudaram no momento em que mais precisei: Aline, as Marias, Cipriano, Cláudia, Carolyne, Damião, Denise, Dona Tereza, Elenice, Felipe, Iracílio, Jorge, José, Jurema, Kaio, “Kiu”, Kelly, Marcos, Miguel, Osias, Patrícia, Richard, “T.R.” e Tupiara.

Porphirio, Max Fellipe Cezario.

Ligas Camponesas como questão historiográfica/ Max Fellipe Cezario Porphirio. Seropédica: UFRRJ/ICHS, 2013.

VII, 74.

Orientador: João Márcio Mendes Pereira.

Monografia (Licenciatura) - UFRRJ/ Instituto de Ciências Humanas e Sociais/ Departamento de História, 2013.

Referências Bibliográficas: f. 77-81.

1. História do Brasil República 2. História Social do Campo brasileiro 3. Ligas Camponesas. 4. Lutas Sociais no Campo. I. Pereira, João Márcio Mendes. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto Ciências Humanas e Sociais, Curso de História. III. Licenciatura.

LIGAS CAMPONESAS COMO QUESTÃO HISTORIOGRÁFICA

Max Fellipe Cezario Porphirio

Orientador: João Márcio Mendes Pereira

Resumo da Monografia do Curso de História, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Licenciado em História.

O presente trabalho tem como objetivo analisar a historiografia produzida e publicada em português sobre as Ligas Camponesas, abordando como os principais autores que escreveram sobre o movimento entre as décadas de 1960 e 2000 caracterizaram: a gênese das Ligas; os líderes do movimento e a atuação deles; a estrutura das Ligas Camponesas; os adversários do movimento; a composição social das Ligas; as relações internacionais do movimento; o campo brasileiro das décadas de 1950 e 60. Para realizar essa análise, adotamos como coordenadas teórico-metodológicas fundamentais algumas das ideias desenvolvidas por Paul Veyne, Marc Bloch, Hobsbawm e Ranger.

Palavras-chave: Ligas Camponesas; Historiografia; Movimentos Sociais Rurais.

Seropédica

Abril de 2013

PEASANT LEAGUES AS A MATTER HISTORIOGRAPHIC

Max Fellipe Cezario Porphirio

Orientador: João Márcio Mendes Pereira

Abstract da Monografia do Curso de História, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Licenciado em História.

This study aims to analyze the historiography produced and published in Portuguese about the Peasant Leagues, addressing how the main writers on the movement between the 1960s and 2000 had characterized: the genesis of Leagues; the movement leaders and yours performance; the structure of the Peasant Leagues; the opponents of the movement; the social composition of Leagues; the international relations of the movement; the Brazilian camp of the 1950s and '60s. To accomplish this analysis, we adopted as coordinates some of the ideas developed by Paul Veyne, Marc Bloch, Hobsbawm and Ranger.

Keywords: Peasant Leagues; Historiography; Rural Social Movements.

Seropédica

Abril de 2013

SUMÁRIO

Introdução.....	8
Capítulo I - As Ligas pelas Ligas	11
1.1.Gênese.....	11
1.2. Primeiros passos	15
1.3. “O artista”	17
1.4. Flores do deserto	18
1.5. Estrutura e inimigos	22
1.6. “O campo é semifeudal!”	23
1.7. “O campo é capitalista!”	26
1.8. Da Galiléia para o Brasil.....	27
Principais pontos a serem retidos.....	29
Capítulo II – As duas Ligas.....	32
2.1. As Ligas Camponesas de Bastos	32
2.2. As Ligas Camponesas de Azevêdo	40
Principais pontos a serem retidos.....	48
Capítulo III – O debate sobre as Ligas nas décadas de 1980, 1990 e 2000	50
3.1. Leonilde Sérvolo de Medeiros	50
3.2. José Martins de Souza em 1981	53
3.3. José de Souza Martins em 1994.....	55
3.4. Bernadete Wrublevski Aued	59
3.5. Márcia Motta e Carlos Leandro da Silva Esteves	62
Principais pontos a serem retidos.....	66
Capítulo IV – As Ligas e o contexto internacional.....	69
4.1. As Ligas e a revolução cubana	69
4.2. As Ligas e a reação norte-americana	70
Principais pontos a serem retidos.....	74
Conclusão	75
Bibliografia.....	77

INTRODUÇÃO

Em 1954 o mercado do açúcar passou por uma revitalização, e ela fez com que diversos donos de engenho retomassem as terras anteriormente concedidas aos camponeses, para nelas plantar cana-de-açúcar¹. O proprietário do Engenho da Galiléia, localizado em Vitória de Santo Antão (PE), foi um dos que tentou expulsar os camponeses que residiam no seu engenho, para ampliar a plantação açucareira.

Nesse engenho, os camponeses resolveram lutar contra a sua expulsão, criando, para tanto, a Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco. Essa sociedade foi a gênese do movimento social rural que viria a ser conhecido como Ligas Camponesas. As Ligas Camponesas tiveram uma vida curta, pois em 1964, assim como diversos movimentos de esquerda, foram extintas pelo governo militar. Apesar da vida curta, as Ligas atuaram em grande parte do Brasil e tiveram repercussão em diferentes regiões do mundo, como: Checoslováquia, Cuba, China, Estados Unidos da América, França etc.

Por tal atuação e repercussão, as Ligas Camponesas foram tema de diferentes livros e objeto de estudo de diversos autores. O nosso objetivo é justamente fazer uma análise da historiografia produzida e publicada em português sobre o movimento, pois acreditamos que tal análise acrescentará à academia. E como afirmou Antoine Prost (2008, p.80) as problemáticas das pesquisas históricas devem acrescentar à academia.

Por que uma análise da historiografia produzida sobre as Ligas Camponesas acrescentará à academia? Apesar do número de obras sobre o movimento ser significativo, encontramos apenas dois autores que se propuseram a fazer tal análise: o artigo de Clifford Andrew Welch (2006), que somente indicou algumas das obras produzidas sobre o movimento; e a dissertação de Maria do Socorro Rangel (2000), que fez uma análise comparativa de duas obras (*A vitória dos vencidos: Partido Comunista Brasileiro e Ligas Camponesas – 1955-1964*, de Bernadete Aued, e *As Ligas Camponesas*, de Fernando Azevêdo).

¹ Segundo Azevêdo (1982, p. 45), nos engenhos da região Nordeste, o trabalhador residia no próprio engenho em que trabalhava. Ele recebia um pedaço de terra para plantar suas culturas de subsistência e, em troca, prestava dois ou três dias de serviço, sem remuneração, ao proprietário. Nos períodos de baixa do preço do açúcar, o proprietário permitia que esses foreiros estendessem, em troca de aluguel anual, as suas culturas de subsistência às áreas destinadas à produção de cana. Dessa maneira, os proprietários continuavam recebendo uma renda fixa, mesmo com o preço do açúcar em baixa.

Dividimos nossa análise em quatro partes. Na primeira, “As Ligas pelas Ligas”, analisamos a maneira pela qual Clodomir de Moraes e Francisco Julião, os principais dirigentes das Ligas, abordaram o tema nas suas respectivas obras: *História das Ligas Camponesas do Brasil e Que são as Ligas Camponesas?*.

Na segunda, “As duas Ligas”, consideramos como Fernando Azevêdo e Elide Bastos, os dois principais autores a escreverem obras voltadas exclusivamente para as Ligas durante o “boom” (década de 1980) de estudos sobre o movimento², narraram a história do movimento.

Na terceira parte, “O debate sobre as Ligas nas décadas de 1980, 1990 e 2000”, analisamos como as Ligas foram trabalhadas por Leonilde Medeiros, Bernadete Aued, José Martins, Motta e Esteves, autores que escreveram sobre o tema entre o final da década de 80 e a década de 2000, quando apenas capítulos, que abordavam as Ligas junto de outros movimentos sociais, foram produzidos.

Na última parte, “As Ligas e o contexto internacional”, apresentamos como a relação entre as Ligas e os Estados Unidos da América foi abordada por Joseph A. Page, o primeiro a analisar tal aspecto, e como a aproximação entre as Ligas e o governo revolucionário cubano foi problematizada por Jean Rodrigues Sales, o único dos autores aqui analisados a problematizar essa relação.

Nessas partes discutimos como esses autores interpretaram a criação da Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco, enfatizando a definição das características, beneficentes e/ou políticas, do movimento; as diferentes interpretações acerca do papel de Julião; como os autores caracterizaram a estrutura das Ligas Camponesas e os seus adversários; como a relação entre o Partido Comunista Brasileiro e as Ligas Camponesas foi trabalhada; como os autores abordaram as razões de expansão do movimento; quais núcleos das Ligas foram analisados pelos autores; como a relação das Ligas com os camponeses e assalariados rurais foi discutida; a importância da revolução cubana na construção ideológica do movimento; a maneira pela qual os governos dos

² Segundo Welch (2006, pp. 64-65), a censura instaurada pelo governo militar diminuiu o número de produções sobre os movimentos camponeses. Porém na década de 1980, diversos autores, motivados pela abertura política gradual e pelas manifestações políticas da população rural, produziram e publicaram diversas obras sobre a atuação política dos trabalhadores rurais.

Estados Unidos, do Brasil e de Pernambuco buscaram reprimir o movimento; a definição de camponês utilizada pelos autores; a maneira como o camponês e o seu papel, ativo ou passivo, na constituição do movimento foram interpretados; a memória, no sentido de construção acerca do passado; os argumentos utilizados para definir as relações de trabalho no campo como feudal ou capitalista.

Por fim, este trabalho seguiu três coordenadas teórico-metodológicas fundamentais: a de que, um mesmo acontecimento pode ser interpretado de diferentes formas, pois os historiadores adotam diferentes maneiras de analisar e interpretar um documento (VEYNE, 2008), a de que o historiador não deve realizar juízos de valores (BLOCH, 2008), e o conceito de *Tradição Inventada* (HOBSBAWM e RANGER, 1997).

CAPÍTULO I

AS LIGAS PELAS LIGAS

Neste capítulo discutimos a maneira pela qual Francisco Julião e Clodomir de Moraes escreveram a história do movimento e a imagem que dele se tentou passar, em suas respectivas obras: *Que são as Ligas Camponesas?* e *História das Ligas Camponesas do Brasil*. Ambos, os únicos membros das Ligas a escreverem a história do movimento, viram-no por lentes diferentes. Foi na apresentação e análise dessas diferenças que este capítulo se concentrou.

O texto, por sua vez, foi dividido em seis tópicos: “Gênese”, no qual abordamos como Julião e Moraes analisaram e foram influenciados pela relação entre as Ligas e as demais forças políticas e sociais do período; “Primeiros Passos”, em que abordamos como eles interpretaram a criação da Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco e o papel dessa interpretação na construção da imagem do movimento; “O artista”, no qual apresentamos as diferentes interpretações acerca do papel de Julião nas Ligas Camponesas e as possíveis razões dessa diferença; “Flores do deserto”, onde analisamos criticamente os argumentos utilizados para justificar o foco das ações no camponês; “Estrutura e inimigos”, em que exibimos como os dois autores definiram a estrutura das Ligas e quais seriam seus “inimigos”; “O campo é semifeudal!”, em que analisamos os argumentos utilizados por dois intelectuais comunistas para legitimar a ideia de que as relações no campo brasileiro eram “semifeudais”; “O campo é capitalista!”, em que abordamos a maneira pela qual Caio Prado Júnior, no artigo “As teses e a revolução brasileira”, criticou a ideia de que as relações no campo brasileiro eram “semifeudais”; e “Da Galiléia para o mundo”, no qual abordamos as explicações sobre as razões da expansão do movimento.

1.1.Gênese

Em 1945 vemos cair o Estado Novo Vargasista, a experiência autoritária que vigorou sete anos, e ascender a democracia (CAPELATO, 2003). Essa ascensão criou as condições necessárias para a realização de ricos e amplos debates políticos, ideológicos

e culturais³, para que as lutas, particulares e pontuais, pela permanência na terra⁴ ganhassem maior visibilidade, e para a volta à legalidade do Partido Comunista Brasileiro (PCB), mesmo que por um curto período.

De posse da legalidade e convicto da importância da população rural para o desenvolvimento do movimento revolucionário em países “semicoloniais”, o PCB não tardou em atuar no campo brasileiro. Inicialmente, o partido lutou pela fundação de sindicatos rurais. Porém, frente às dificuldades impostas pelos setores governamentais⁵, alterou sua estratégia e iniciou a criação de organizações não exclusivamente trabalhistas, como as Ligas Comunistas.

As Ligas Comunistas, criadas em 1945 para organizar as categorias não assalariadas e assalariadas, tinham como principal objetivo estruturar a almejada “aliança operário-camponesa”. Mas o que observávamos não era uma aliança e sim uma sujeição dessas organizações às diretrizes e líderes dos movimentos operários urbanos e do PCB.

A atuação desse movimento foi interrompida em 1947, com a proscricção do PCB. Alguns núcleos, ainda que reduzidos a simples diretorias sem corpo social, tentaram continuar agindo, mas foram repetidamente reprimidos. Mesmo sem a intervenção do PCB, grupos rurais continuaram agindo, mas de maneira pontual, nas regiões marcadas pela agricultura de subsistência, e isolada, pois não contavam e não buscaram o apoio dos movimentos operários urbanos.

Foi nesse contexto de atuação autônoma da população rural que José dos Prazeres, antigo mobilizador das Ligas Comunistas, iniciou a reorganização da população rural. Esta reorganização resultou na criação, em 1955, no Engenho da Galiléia, Vitória de Santo Antão (PE), da Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco (SAPPP), marco do surgimento das Ligas Camponesas.

³ Partilharam dessa opinião Lucília de Almeida Neves (2001), José de Souza Martins (1994), Daniel Aarão Reis Filho (2001) e Caio Navarro Toledo (2004).

⁴ Segundo Medeiros (1995), essas lutas se transformaram, no contexto das reivindicações pelas “reformas de base”, em lutas mais gerais pela reforma agrária.

⁵ Como nos apresentou Medeiros (2010, pp. 115-17), no período de 1930-45, o Brasil foi governado por Getúlio Vargas, responsável, dentre outras ações, por intensificar o reconhecimento dos direitos trabalhistas do operariado urbano. Durante esses anos, lutou-se para que os mesmos direitos fossem estendidos à população rural, principalmente o direito de associação paralela. A esse direito se opuseram alguns membros do Ministério da Agricultura e parte dos grandes proprietários, que para ratificar a sua posição utilizaram diferentes argumentos, como: a apresentação da harmonia entre empregados e empregadores e a alegação de que os trabalhadores rurais necessitavam da tutela e da intervenção dos empregadores.

A essa altura um leitor a par das análises de Clodomir de Moraes está desconfiado da originalidade das ideias apresentadas até o momento. Pois bem, este leitor está correto. Essa estruturação foi baseada na obra *História das Ligas Camponesas do Brasil*.

Nessa obra, escrita em 1965, Moraes defendeu a filiação das Ligas Camponesas modernas⁶ (1955-64) às Ligas Camponesas do PCB (1945-48). Porém, assinalou que: a) o momento de surgimento das Ligas modernas foi particular, pois a população rural autonomamente articulava suas demandas; b) as Ligas modernas possuíam líderes ligados ao meio rural, teses próprias, organização endógena, proselitismo adaptado à realidade da população rural, estruturação regional e não local, uma cúpula de respaldo urbano e independência dos movimentos operários; c) as Ligas modernas concentravam suas ações e mobilizações nos e para os camponeses.

A origem das Ligas Camponesas foi interpretada de outra maneira por Francisco Julião. Em 1962, Julião escreveu o livro *Que são as Ligas Camponesas?*, e nessa obra, buscando dissociar a imagem das Ligas Camponesas (1955-64) das Ligas Comunistas (1945-48) e do PCB, apresentou as Ligas⁷ como um movimento com séculos de atuação⁸ no resto do mundo, no mínimo desde o século XV⁹, e com sete anos de atuação no Brasil.

Por que essa dissociação e apresentação? Com relação à primeira, destacamos que o livro foi escrito um ano após as Ligas Camponesas e o PCB se transformarem em forças opositoras que disputavam a representação dos trabalhadores rurais¹⁰.

Dessa maneira, mesmo impedido pelos membros do PCB, que atuavam na direção das Ligas, de acometer abertamente o partido ou hostilizá-lo em seus discursos (MORAIS, 1965, p. 51), Julião negou a participação do PCB no campo brasileiro, por isso não citou a possível atuação de José dos Prazeres, militante comunista, na organização da Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco (SAPPP).

⁶ Termo utilizado por Clodomir de Moraes para se referir ao movimento.

⁷ Maneira como nos referimos às Ligas Camponesas (1955-64), em alguns momentos da monografia.

⁸ Rangel (2000), ao analisar alguns escritos de Julião, também fez essa observação, porém não atentou para essa tentativa de dissociação.

⁹ Para Julião foi nesse século que surgiu a mais célebre de todas as Ligas, a da Alemanha.

¹⁰ Como apresentaram Aued (2012), Azevêdo (1982), Bastos (1984), Martins (1994), Medeiros (1989), Moraes (1965), Motta e Esteves (2009).

O ato de não mencionar as Ligas Camponesas Comunistas¹¹ também fez parte dessa estratégia, entretanto, em 1959 Julião já buscava dissociar a imagem da SAPPP das Ligas Comunistas¹². Ou seja, existiu outra justificativa para isso. Ao não apresentar a SAPPP como herdeira dessas Ligas, Julião buscava evitar a coerção legal sobre o movimento, principalmente aquela oriunda da *Lei de Segurança Nacional*, que legitimava a repressão de todo e qualquer “agente comunista”.

Todavia, isso não evitou que, em 1959, Julião quase fosse enquadrado pela referida lei. Foi o delegado Fernando Tasso de Souza, ao demonstrar a ilegalidade da denúncia, que evitou o enquadramento de Julião (CORREIO DA MANHÃ, 1960). A nosso ver, essa atuação rompe com a ideia, defendida por grande parte dos autores, de que toda a polícia era um mero instrumento de poder dos proprietários.

Da mesma maneira que problematizamos a relação entre a polícia e os camponeses, relativizamos a ideia de que todos os camponeses eram adversários dos latifundiários. Pois, como foi notado no filme *Cabra Marcado para Morrer*, um vaqueiro participou do assassinato do líder camponês João Pedro Teixeira. Ou seja, da mesma forma que, em alguns momentos, a polícia poderia apoiar a luta camponesa, os camponeses podiam atuar como braço armado dos latifundiários.

Julião, ao fazer essa dissociação, também buscava expor os camponeses como os únicos articuladores, organizadores, criadores e fundadores da SAPPP, demonstrar o papel revolucionário do camponês nas mais diversas mudanças políticas da história (RANGEL, 2000, pp.100-101), legitimar a sua teoria revolucionária, que via o camponês como a vanguarda do movimento, e contornar a repressão legal.

Outra razão era demonstrar a atemporalidade da luta dos camponeses contra a exploração dos “senhores feudais” e da Igreja¹³, para assim convocar os camponeses brasileiros à luta contra eles. Sabendo da dificuldade de mobilizá-los contra os membros da Igreja, dada a extensão do catolicismo no meio popular rural, Julião apresentou a luta

¹¹ O único momento em que Julião se referiu às Ligas Comunistas foi de forma pejorativa, intitulado-as de as “outras Ligas”.

¹² Chegamos a essa conclusão, após analisarmos trechos de uma entrevista, concedida por Julião a Antonio Callado, publicada no 1º caderno do jornal *Correio da Manhã*, edição de 5 de Junho de 1959, pag. 4.

¹³ A associação desses dois elementos, realizada por Julião, se assemelha a análise da sociedade feudal, desenvolvida por Guerreau. Para Guerreau, a sociedade feudal possuía duas noções principais, o *dominium* e a *ecclesia*. O primeiro caracterizou-se por uma relação social desigual, construída pela dominação dos homens e suas terras. A *ecclesia*, por sua vez, tinha como função ligar os homens a um lócus específico, e, assim, garantir o bom funcionamento do *dominium*.

dos camponeses católicos alemães contra a exploração da Igreja para defender que, mesmo sendo católicos, os camponeses brasileiros deveriam lutar contra os elementos exploradores da Igreja.

Cabe ainda observarmos que o livro foi elaborado dois anos após o início da disputa entre as Ligas e a Igreja pela representação da população rural (NOVAES, 1997). Ou seja, a crítica ia além da simples tentativa de “despertar” o camponês para a luta, ao buscar deslegitimar a atuação desse “novo” adversário político.

1.2. Primeiros passos

Engana-se quem acredita que os desacordos se restringiram a esses aspectos. As interpretações acerca dos anos iniciais da SAPP/ Ligas Camponesas também foram objeto de divergência entre Julião e Moraes. E essa divergência resultou, principalmente, da inclusão ou não de José dos Prazeres nas interpretações.

Para Clodomir de Moraes, José dos Prazeres era tão importante para o entendimento das primeiras ações da SAPP/ Ligas Camponesas, que concentrou suas análises na atuação deste e negligenciou as demandas e os conflitos dos foreiros¹⁴ do Engenho da Galiléia.

Fundamentalmente, dois motivos legitimaram a importância de Prazeres. O primeiro deles foi a sua atuação como estrategista da organização. Por exemplo, ele foi o responsável por orientar os foreiros a oferecerem o cargo de presidente de honra da SAPP/ Oscar Beltrão, proprietário do engenho, para assim conseguirem cobertura política e, conseqüentemente, passe livre para as suas ações.

O segundo motivo foi a sua participação na criação do outro protagonista dos anos iniciais das Ligas: o núcleo de respaldo urbano. Apesar de ter aceitado o convite, Oscar Beltrão, orientado por proprietários da região sobre o perigo representado por essa sociedade, saiu do cargo e iniciou intensa repressão às Ligas. Buscando mobilizar apoio político ao movimento, Prazeres e Paulo Travassos, outro militante comunista,

¹⁴ Como nos apresentou Medeiros (1989), na zona canavieira de Pernambuco, alguns trabalhadores rurais eram moradores de condição. Os moradores de condição recebiam uma casa para morar e um pequeno lote para plantar alguns alimentos; em troca forneciam ao proprietário dois dias de trabalho semanais gratuitos. Os foreiros eram uma variante dos trabalhadores de condição, possuíam maior independência frente ao proprietário, não eram obrigados a trabalhar para ele semanalmente, mas, tinham uma quantia de dias de trabalho a ser fornecida anualmente.

foram até Recife. E foi dessas idas a Recife que se formou o primeiro núcleo de respaldo urbano ao movimento, composto por sete personalidades políticas¹⁵, responsáveis por fornecer amplitude e apoio político ao movimento camponês, sensibilizar a população urbana para as palavras de ordem do movimento rural e determinar as ações da SAPPP.

O foco de Moraes em Prazeres e no núcleo de respaldo urbano se justificou pela sua pretensão de apresentar as Ligas Camponesas como um movimento com características políticas desde os anos iniciais.

Julião foi pela contramão da interpretação de Moraes, ao negligenciar a participação de Prazeres, concentrar sua análise nos camponeses e assinalar a SAPPP como uma “sociedade beneficente”. Mesmo assim, os autores interpretaram de forma semelhante as razões pelas quais foi oferecido o cargo de presidente da SAPPP à Oscar Beltrão, a sua posterior recusa e a subsequente repressão.

Essa confluência se restringiu a esses aspectos, já que Julião interpretou de maneira distinta as consequências dessa repressão. Como a intenção de Julião era demonstrar o protagonismo, a independência, a autonomia e a radicalidade dos camponeses, ele apontou o líder camponês Zezé da Galiléia, e não Paulo Travassos ou José dos Prazeres, como o responsável por ir até Recife em busca de ajuda.

Além disso, Julião excluiu a participação do núcleo de respaldo urbano e atribuiu a si a função de organizador do movimento (RANGEL, 2000, pp. 100-101), apontando que ele, o único a ir ao engenho e a escutar o pedido de auxílio, foi capaz de transformar esse movimento “beneficente” em um movimento político, ao interpretar a veia política dos camponeses e organizá-los como “classe”.

Independentemente de terem discordado a respeito do momento em que o movimento se tornou político, ambos concordaram que nos anos iniciais as Ligas Camponesas tiveram a atuação política, junto da jurídica e da ação direta no campo, como uma importante frente de luta.

¹⁵Ligadas aos partidos Socialista, Trabalhista Brasileiro, Social Trabalhista, Social Democrático e Comunista Brasileiro, e à União Democrática Nacional.

O livro *Que são as Ligas Camponesas?* foi escrito e publicado no ano de 1962, mesmo ano da candidatura de Julião ao cargo de deputado federal pelo Partido Socialista Brasileiro (MORAIS, 1965, p. 29). Segundo Moraes, nessa campanha Julião não poupou esforços para ser eleito, chegando a utilizar a maioria das reservas financeiras e humanas dos núcleos guerrilheiros das Ligas, que haviam paralisado suas ações nesse ano (MORAIS, 1965, p. 29). Aparentemente, Julião também utilizou esse espaço para promover suas concepções políticas e sua imagem de idealizador do movimento.

1.3. “O artista”

Julião não foi visto nem como o protagonista do movimento e muito menos como o defensor honorário da causa camponesa por Moraes. Este opositor convicto das ideias e estratégias de Julião (MEDEIROS, 1989, p.76) utilizou páginas e mais páginas para criticar a atuação do mesmo no movimento.

Para Moraes, Julião foi ao engenho, única e exclusivamente, em busca de votos para garantir a sua reeleição de maneira mais tranquila, já que na eleição anterior havia conquistado a vaga de deputado estadual por meio dos votos de seus colegas de partido. Apesar de diversos autores concordarem e apresentarem esse ponto de vista, nós devemos relativizá-lo e pensar o seguinte: quantos camponeses votariam em Julião, já que eram em sua maioria analfabetos e por isso não podiam votar?¹⁶

Clodomir de Moraes também duvidou da “orientação” fornecida por Julião, pois, em sua opinião, este não tinha a mínima ideia da importância política do movimento camponês e da reforma agrária para o país.

As críticas de Moraes não se esgotaram aí. O autor se preocupou em expor Julião como: um agitador político; um fantoche que propagava diversas estratégias do movimento, como a guerrilha clandestina¹⁷, mesmo desconhecendo-as¹⁸; um “artista” finan-

¹⁶ Esse questionamento tem suas raízes no artigo publicado por Antonio Callado, no jornal *Correio da Manhã*, edição de 20 de setembro de 1959, número 20395, 1º caderno, pag. 21.

¹⁷ Para uma análise das estratégias envolvidas na criação dos campos de treinamento guerrilheiro, ver o “Relatório sobre a infiltração fidelista e os acampamentos de guerrilha”, publicado no jornal *Correio da Manhã*, edição de 30 de janeiro de 1963, e SALES (2005, pp. 141-51).

¹⁸ Existe a seguinte contradição na bibliografia: Julião apoiava ou não a luta armada? Diversos autores destacaram o apoio, mas outros mostraram o contrário. Consideramos válidos os argumentos dos últimos e sabemos que Alexina Crespo (mulher de Francisco Julião), em entrevista à Wandec Santiago (2012, p.179), concordou com essa interpretação e que o próprio Julião, como demonstrou Sales (2005, p. 148), dizia que foi contrário ao movimento armado. Porém, seríamos ingênuos, como apontou Sales (2005, p.149), se aceitássemos a tese de unilateralidade por parte de Clodomir de Moraes, pois é difícil

ciado por diversos setores de esquerda; um indivíduo que sobrepunha seus interesses eleitorais aos interesses das Ligas; um “populista”¹⁹ que assegurara a sua posição de liderança, por meio de troca de favores, paternalismo e ajuda financeira aos camponeses; e, finalmente, um grande proprietário de terras.

Por fim, destacamos que nem só de crítica negativa foi realizada essa abordagem. Moraes se preocupou em apontar algumas características positivas desse personagem, como a sua humildade e a sua disponibilidade em ouvir os problemas dos camponeses.

1.4. Flores do deserto

Falamos o tempo todo dos camponeses, mas quem eram os camponeses para Julião e Moraes? E por que o foco das ações neles? Essas são as duas perguntas que pretendemos responder neste tópico.

Tanto Moraes como Julião dividiram a população rural brasileira das décadas de 1950 e 60 em assalariados rurais, semiassalariados e camponeses. Ambos, partindo de referenciais teóricos marxistas, definiram os assalariados rurais como indivíduos que dependiam da venda de sua força de trabalho para sobreviver e, por isso, eram submetidos a todo tipo de exploração e a baixos salários.

Os semiassalariados (colonos, peões e trabalhadores por empreitada) eram aqueles que, de acordo com a oferta de trabalho e a demanda das safras, ora trabalhavam em sua plantação, ora trabalhavam como operários rurais.

Já os camponeses (foreiros, pequenos proprietários, meeiros, parceiros, vaqueiros, posseiros, condiceiros e ocupantes) foram apresentados como aqueles que, diferen-

aceitar que Moraes teria conseguido mobilizar recursos políticos e financeiros para a criação de focos guerrilheiros, sem a conivência de Julião; e que a preocupação da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco e do DOPS do RJ com Julião era equivocada.

¹⁹Tomando as ideias de Daniel Aarão Reis Filho (2001) como base, podemos apontar que o *populismo* surgiu nos anos 50 com o sentido de estigmatizar movimentos sociais e lideranças políticas. Porém círculos mais sofisticados começaram a fazer uso da palavra como ferramenta para compreender a participação popular na política nacional e a importância de determinadas lideranças carismáticas, seu estilo de fazer política e de conquistar votos. Entre 1961 e 1964, com a intensificação das lutas sociais, as palavras *populismo* e *populistas* sofreram uma resignificação, passando a representar, para as forças conservadoras, tudo aquilo que de pior poderia haver na cultura política existente e que deveriam ser negadas e varridas da história do país, como: demagogia, corrupção, paternalismo, clientelismo e irresponsabilidade. Porém, ainda na década de 1960, momento em que Moraes escreveu o livro, essa resignificação deixou de ser uma característica das forças conservadoras e passou a ser utilizada por diversos setores da sociedade.

temente dos assalariados, detinham os meios de produção (ferramentas e propriedades) e, por isso, possuíam independência econômica.

Antes de analisarmos o porquê do foco no camponês, é preciso fazermos duas ressalvas. A primeira é a preocupação dos autores em explicitarem os fatores pelos quais o movimento não focou suas ações nos assalariados rurais.

Não foi possível apontar a razão pela qual Moraes fez isso, mas arriscamos que Julião preocupou-se em não apresentar as Ligas como um movimento único e exclusivamente camponês, pois via os assalariados rurais como futuros filiados e acreditava que essa associação provocaria a antipatia deles para com o movimento e, consequentemente, a perda de futuros filiados. Além disso, essa antipatia romperia com a principal estratégia de luta no campo: a unidade da população rural.

A segunda é com relação à aproximação dos assalariados agrícolas. Enquanto Julião defendia que as Ligas não se aproximaram dos assalariados agrícolas, Moraes assinalava o contrário. Para este, em 1955, sob a direção de José dos Prazeres, as Ligas iniciaram um processo de expansão para outros municípios de Pernambuco, e durante essa expansão, iniciou-se o contágio dos assalariados agrícolas da Zona da Mata pernambucana. Nem precisamos dizer o motivo de Julião não ter citado essa aproximação.

Isto posto, iniciemos a análise. As principais justificativas do foco no camponês foram de âmbito jurídico. Ambos partiram das seguintes premissas: os assalariados rurais que quisessem lutar judicialmente contra os abusos dos empregadores deveriam ir até as capitais ou às cidades mais importantes, lugares onde estavam os Tribunais do Trabalho; e os assalariados rurais tinham dificuldade de se organizar sob um sindicato, pois a sua sindicalização era quase proibida²⁰.

Na opinião dos dois dirigentes, esses aspectos dificultavam a organização legal dos assalariados rurais. Ambos atentaram que ir às principais cidades do estado significava perder dias de trabalho, algo nada fácil para alguém que dependia do trabalho para sobreviver. Já os camponeses, por possuírem alguns meios de produção e não depende-

²⁰ Tanto Moraes como Julião defenderam que fundar um sindicato rural era difícil, mas não proibido.

rem da venda da sua força de trabalho, podiam financiar a luta jurídica contra o proprietário.

Julião e Moraes destacaram que para fundar um sindicato rural era necessário ir às principais cidades do país e esperar por meses pela difícil autorização de funcionamento. Por outro lado, a organização legal dos camponeses sob uma associação era prevista por lei e, para colocá-la em funcionamento, bastava reunir trinta ou quarenta camponeses, redigir uma ata e lavrá-la em qualquer cartório.

O instrumento garantidor desse direito era o código civil. O fato da luta por meio dele isolar os proprietários de terra, que se baseavam em práticas “feudais”, e neutralizar a “burguesia” - que não desrespeitaria o código civil, que “sacralizou” a propriedade privada - também era uma das justificativas para o foco no camponês. Uma vez que, na opinião dos autores, enquanto os camponeses utilizavam esse código como forma de luta, os assalariados rurais utilizavam a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT)²¹ e a Sindicalização, instrumentos jurídicos que, por não serem reconhecidos pela burguesia e pelos proprietários rurais, isolavam os assalariados rurais.

O tempo também apareceu como justificativa. Enquanto os camponeses, durante a luta judicial, se mantinham na terra produzindo, os assalariados tinham o tempo como inimigo, pois uma longa batalha judicial significava mais idas à cidade, mais dinheiro gasto com provas documentais e honorários advocatícios, mais tempo sem trabalhar e real probabilidade de abdicar da luta.

Outra justificativa lançada apenas por Julião estava relacionada ao número de camponeses, oito vezes maior que o número de assalariados, e à possibilidade dos assalariados rurais mudarem para uma área não abrangida pelas Ligas, o que tinha a ver com a mobilidade sazonal dos assalariados.

Outra justificativa dizia respeito ao fato da luta do camponês já nascer revolucionária, ao passo que a do assalariado deveria percorrer um longo caminho de politização e despolitização até se tornar revolucionária.

²¹ Para Julião (1962, p. 51), a CLT abarcava os trabalhadores rurais.

Por fim, a última justificativa: o papel fundamental do camponês para a realização da revolução socialista e a implantação da reforma agrária. Essa justificativa retratou bem o objetivo dos autores: demonstrar, em uma crítica à interpretação pecebista, que no Brasil o proletário não era vanguarda da revolução, e sim o camponês, a exemplo dos revolucionários cubanos.

Para Moraes, apesar de pensarem o camponês como protagonista desses dois fenômenos, as Ligas Camponesas não tinham um projeto bem definido de reforma agrária. Respeitamos a opinião de Moraes, mas reconhecemos que Julião expõe um projeto bem estruturado de reforma agrária, com foco no campesinato²².

Apesar do destaque concedido ao universo rural, Julião não descartou o operariado urbano nos seus projetos. Para o autor, o objetivo final da participação dos camponeses era abrir caminho para a revolução, a partir da aliança operário-camponesa. Isso mostra que Moraes estava equivocado ao assinalar que o objetivo de formar a aliança operário-camponesa havia sido abandonado após a invasão da Baía dos Porcos, em 1961.

Por que Julião descartava o proletário rural, mas não o urbano? A resposta é simples. Para Julião, a única forma de luta do assalariado, seja ele urbano ou rural, era a greve. A partir dessa preposição, ele defendeu que o proletário urbano, ao contrário do rural, tinha condições de praticar essa forma de luta, pois estabelecia relações que lhe permitia, por um período de tempo maior que o proletário rural, viver sem salário. Por exemplo, enquanto os proprietários de comércio de gêneros vendiam fiado ao assalariado urbano, os assalariados rurais não tinham acesso a esse tipo de relação comercial.

A nosso ver, por trás dessas justificativas econômicas estava presente uma visão acerca do papel da propriedade tributária do “liberalismo clássico”²³. Ao que parece, para Francisco Julião e Clodomir de Moraes, possuir propriedade significava ser independente politicamente e, assim, ter o discernimento necessário para defender um ideal. Não ter propriedade, como ocorria com os assalariados agrícolas, significava ser depen-

²² Como veremos no capítulo seguinte, Bastos (1984, p. 85) também viu o projeto de reforma agrária das Ligas como bem estruturado, com contornos ideológicos bem definidos e com métodos de aplicação sólidos.

²³ Tomamos como referência aqui a discussão feita por E. P. Thompson (2004).

dente econômica e politicamente e, portanto, incapaz de participar de uma luta política, já que, ao contrário dos possuidores de propriedade, não tinham interesses a defender.

1.5. Estrutura e inimigos

As Ligas desde o seu início se organizaram como uma entidade de caráter estadual. Como apontou Moraes, essa forma de organização foi pensada por José dos Prazeres para que o movimento: a) tivesse homogeneidade, pois um mesmo estatuto abrangeria todas as delegacias²⁴; b) liquidasse o burocratismo, já que as suas delegacias surgiriam automaticamente legalizadas; c) diminuísse a possibilidade de rápida repressão, comum a movimentos exclusivamente locais. Mesmo sem citar a participação de Prazeres, Julião também apresentou essas características.

Segundo Clodomir de Moraes, além dessa estrutura estadual, as Ligas possuíam um órgão de respaldo urbano, o Conselho Regional das Ligas Camponesas. Ou seja, podemos afirmar que, para Moraes, as Ligas tinham unidade e poder centralizado? Não! Para esse autor, embora existissem uma estrutura regional e um conselho regional, as Ligas não tiveram unidade e/ou poder centralizado.

Foi Julião quem enxergou unidade e centralização nas Ligas. O interessante foi que Julião observou essas características, mas não destacou a existência do Conselho Regional das Ligas Camponesas ou de qualquer outra esfera de poder.

Infelizmente, não podemos discutir como os autores analisaram a organização das Ligas a nível nacional, pois Julião escreveu o seu livro antes do movimento se tornar formalmente nacional²⁵.

Quando os autores abordaram os “inimigos” das Ligas, as diferenças se sobrepujaram às complementaridades. Para esses autores, as Ligas Camponesas lutavam contra um conjunto extenso de atores sociais e práticas.

Com relação às práticas, apontamos a propriedade privada, o imperialismo, o latifúndio e tudo a ele ligado, como: o vale-moradia, o foro, o cambão, a arbitrariedade, a

²⁴ Segundo Julião (1962, p. 47), as delegacias eram núcleos distritais e/ou municipais das Ligas Camponesas, que tinham esse nome para diminuir o temor, por parte do camponês, do poder policial, pois sempre que fosse a um desses núcleos, o camponês estaria indo à “delegacia”.

²⁵ Segundo Moraes essa formalização só ocorreu em 1963, durante a Conferência do Recife.

exploração, a desigualdade, a miséria e a injustiça. Os atores sociais, por sua vez, eram a burguesia, o PCB, os latifundiários e os membros da Igreja aliados ao capitalismo.

Antes de partirmos para o próximo tópico é necessário problematizarmos, mesmo que rapidamente, a oposição das Ligas ao PCB. Para tanto, adotamos e analisamos a interpretação de Clodomir de Moraes.

Primeiramente, o autor não abriu espaço para entendermos como o PCB organizou a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), principal adversária das Ligas, em 1954, pois ele assinalou que, ao ser posto na ilegalidade em 1947, o PCB deixou de articular os trabalhadores rurais.

A divergência entre as Ligas e o PCB, ou melhor, entre a direção comunista das Ligas e o Comitê Central do Partido Comunista começou em 1960, quando os membros do comitê pernambucano do PCB, que dirigiam as Ligas, iniciaram uma campanha de solidariedade à Revolução Cubana não aprovada pelo comitê central.

No V Congresso do Partido Comunista (1960) essa relação ficou ainda mais estremecida, pois os mesmos membros do comitê estadual e das Ligas tentaram sobrepor suas teses de luta no campo às do comitê central.

Apesar desse conflito ter resultado na expulsão de alguns desses membros do PCB²⁶, essa divergência só atingiu o seu ápice no I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (1961).

Por fim, como alertaram Moraes, Bastos, Azevêdo, Aued e Rangel, destacamos que o conflito entre as Ligas e o PCB deve ser relativizado, pois, em algumas regiões, essa divergência era suplantada em nome da unidade. Ademais, as Ligas continuaram participando dos eventos realizados pelo PCB e/ou organizações filiadas.

1.6. “O campo é semifeudal!”

²⁶ Segundo Sales (2005, pp.138-39), Moraes foi expulso do PCB não pelo ocorrido no V Congresso ou no Congresso de Belo Horizonte, e sim pelo fato dos dirigentes do PCB saberem, por meio de um informante do exército, que Moraes estava indo na contramão das propostas do partido, ao organizar núcleos guerrilheiros na região centro-oeste.

Os conflitos entre o PCB e as Ligas resultavam, principalmente, da natureza da revolução. Enquanto as Ligas criticavam, baseados nos exemplos cubano e no chinês, a “visão etapista”, o PCB era defensor ferrenho da mesma.

Baseados no marxismo da Segunda Internacional, os pecebistas interpretavam a revolução por meio de etapas. De acordo com essa interpretação, o socialismo sucederia o capitalismo, após este sofrer progressivamente crises estruturais geradas por suas próprias contradições, ou seja, o socialismo só poderia ser instaurado em países com um capitalismo “desenvolvido”. Como o Brasil era interpretado como uma sociedade “semifeudal”, fazia-se necessário abrir caminho para o desenvolvimento do capitalismo, a partir da aliança com a burguesia e a instauração da revolução democrático-burguesa, e quando o capitalismo estivesse maduro, a classe trabalhadora estaria pronta para guiar o país em direção ao socialismo.

Quais eram os argumentos utilizados pelos pecebistas para legitimar a ideia de que o campo brasileiro, nas décadas de 1950/60, era “semifeudal”? Para responder essa questão, analisamos os escritos de Alberto Passos Guimarães e Moisés Vinhas²⁷.

Alberto Passos Guimarães, para defender a tese de que o campo brasileiro, das décadas de 1950/60, era “semifeudal”, recorreu ao início do período colonial, pois os que defendiam o Brasil como capitalista eram partidários da ideia de que o nosso país havia sido formado sob o capitalismo de Portugal. Para eles, Portugal no momento de sua expansão ultramarina estava no florescimento do capitalismo e, por isso, ao iniciar a sua presença nas colônias, transferiu suas estruturas capitalistas para as mesmas. Ou seja, para os defensores do “Brasil capitalista”, a exploração latifundiária sempre foi capitalista.

Para Guimarães, caso Portugal fosse capitalista, dificilmente ele transferiria para a colônia seus elementos capitalistas, pois a metrópole, no intuito de garantir o seu desenvolvimento e a coação extraeconômica sobre a colônia, transferia seus elementos feudais para as colônias.

²⁷ Foram eles: “Quatro séculos de latifúndio (1963)” e “As três frentes da luta de classes no campo brasileiro (1960)” de Alberto Passos Guimarães; e “Problemas agrário-camponeses do Brasil (1968)” de Moisés Vinhas.

Guimarães foi além e destacou que Portugal era tudo, menos capitalista. Em sua opinião, o fato de Portugal ter desenvolvido relações comerciais não significava que fosse capitalista, pois o caráter comercial da produção não era uma característica do capitalismo e, em sua opinião, a agricultura “feudal” ainda era a principal fonte de produção de bens materiais do país.

Para Guimarães, quando Portugal se lançou na aventura colonial, transferiu propositalmente para o Brasil o seu modo de produção feudal, de maneira a garantir o domínio extraeconômico da região. A forma encontrada para isso foi garantir o monopólio dos meios de produção fundamentais, pela via do monopólio da terra. Uma vez “assegurado o domínio absoluto de imensos latifúndios nas mãos dos ‘homens de calidades’ da confiança de el-rei, todos os demais elementos da produção seriam a ele subordinados” (GUIMARÃES, 1963, p. 43).

Baseado nessa interpretação, Guimarães defendeu que o campo brasileiro da década de 1960 ainda era feudal. Alguns aspectos o fizeram apontar isso: o monopólio da terra, o fato da terra ter sido o meio de produção fundamental da agricultura²⁸, o poder extraeconômico que o monopólio fundiário concedia ao fazendeiro²⁹ e o fato de que o sistema agrário brasileiro estava voltado exclusivamente para o mercado externo.

Moisés Vinhas, por sua vez, começou fazendo uma crítica a Caio Prado Jr. e àqueles que, a partir de uma comparação com o “feudalismo europeu”, defendiam que no Brasil as relações feudais não existiram. Para Vinhas, qualquer comparação com a Europa era equivocada, pois não havia existido só um tipo de feudalismo e o mesmo assumira características diversas de acordo com a região, a cultura e a época.

Na opinião do autor, diversos aspectos demonstravam que as relações de trabalho no campo eram de tipo feudal, como: a retribuição do trabalho *in natura* (com participação no produto e/ou o direito de utilizar as terras do proprietário); a renda absoluta da terra; a ausência da circulação de dinheiro; a falta de liberdade de locomoção; o direito de estabelecimento das condições de trabalho, de remuneração e de arrendamento

²⁸ Ele fez essa afirmação baseado no Censo Agrícola de 1950.

²⁹ Esse poder foi apresentado como aquele que concedeu ao proprietário o direito de vida e morte e do estabelecimento das condições de trabalho, de remuneração e de arrendamento das pessoas (moradores, agregados, meeiros, colonos, assalariados e camaradas) e das coisas ao seu redor, como ocorreu com o “coronelismo”.

das pessoas (moradores, agregados, meeiros, colonos, assalariados e camaradas) e das coisas ao seu redor; a submissão do parceiro e dos lavradores aos latifundiários; a exploração do trabalho gratuito; a produção voltada para o exterior.

1.7. “O campo é capitalista!”

Nem todos os pecebistas compartilhavam da ideia de que o campo brasileiro e, conseqüentemente, o Brasil eram semifeudais. Caio Prado Júnior foi o principal defensor da tese de que o campo brasileiro era capitalista. É com o objetivo de abordar a maneira pela qual esse autor, no artigo “As teses e a Revolução Brasileira”, publicado, no periódico *Novos Rumos*, em 10 de junho de 1960, criticou a tese do Brasil semifeudal, que escrevemos esse tópico. Esse artigo foi escolhido por dois motivos: por ter sido escrito logo após o V Congresso do PCB, onde a tese do Brasil semifeudal foi reafirmada como ideia fundamental do partido³⁰, e por ser, dos sete artigos publicados com o mesmo título³¹, aquele em que o autor deslegitimou as principais bases da ideia de que o Brasil, das décadas de 1950/60, era feudal ou semifeudal.

Para ele, a percepção do Brasil como semifeudal se mostrava uma “conceitualização teórica da revolução brasileira muito aquém do que se deveria esperar e daquilo que o momento exige” (NOVOS RUMOS, 1960, p. 3), pois se ressentia “de superficialidade e imprecisão na análise dos fatos econômicos, sociais e políticos: frequentemente essa análise se faz ambígua e incoerente e descamba mesmo não raro, para apreciações positivamente falsas” (NOVOS RUMOS, 1960, p.3). Por exemplo, em sua opinião, o emprego da expressão “monopólio de terra” era vazio, por não precisar do que se tratava.

Como vimos, a ideia de que o arrendamento da terra era onipresente foi utilizada para definir o Brasil e a relações entre os proprietários e a população rural como semifeudais. Prado Jr. criticou essa ideia. Segundo ele, o arrendamento era uma excepcionalidade, pois “num total de 2.064.642 estabelecimentos agropecuários do país, que ocupavam 232.211.108 hectares, apenas 186.949 estabelecimentos, cobrindo

³⁰ Segundo Santos (2005, p.80), na segunda metade da década de 1920, o PCB já partia da ideia de que o Brasil era semifeudal para fundamentar as suas estratégias revolucionárias. Nesse mesmo momento, Caio Prado Júnior já criticava tal interpretação. Porém, por tratarmos dos debates ocorridos entre o final da década de 1950 e a década 60, analisamos os textos elaborados nesse momento e voltados, especificadamente, para tal debate.

³¹ Entre 10 de junho e 22 de julho de 1960, Caio Prado Júnior publicou no periódico *Novos Rumos* sete artigos com o título: “As teses e a Revolução Brasileira”.

12.946.538 hectares se encontravam em regime de arrendamento” (NOVOS RUMOS, 1960, p. 3). Além disso, ele destacou que o número de assalariados era três vezes maior do que o de parceiros.

A interpretação da relação entre os arrendatários e os proprietários como servil foi o terceiro aspecto discutido por Prado Júnior. Em sua opinião, a relação entre eles era como a existente entre os assalariados e os empregadores, porém com o arrendatário recebendo um pedaço de terra para plantar, em vez de salário.

Sua quarta crítica foi à opinião de que a remuneração das prestações de serviço eram, em sua maioria, *in natura*. Segundo ele, o pagamento em dinheiro era o que ditava as relações entre os proprietários e os prestadores de serviço, somente em momentos de dificuldade financeira que a remuneração das prestações de serviço era *in natura*. Do desmembramento dessa crítica, ele defendeu que o trabalho gratuito, apontado como uma das principais características do campo semifeudal, era uma rara exceção.

Sua última crítica foi a ideia de que o campo brasileiro era caracterizado pela ausência da circulação de dinheiro. Novamente baseado no censo agrícola de 1950, ele apontou que os assalariados rurais receberam, em conjunto, cerca 7.440.476.000 cruzeiros.

1.8. Da Galiléia para o Brasil

Aqui apresentamos como Morais e Julião analisaram os fatores de expansão das Ligas Camponesas. Começamos pela obra de Morais.

Para esse autor, inúmeros fatores contribuíram para a expansão do movimento. O primeiro deles foi a atuação do Conselho Regional das Ligas Camponesas, fornecendo respaldo político às ações do movimento. O segundo foi a atuação de José dos Prazeres, fundando núcleos por todo o estado de Pernambuco. Essa ação estava intimamente relacionada ao terceiro fator: a ampliação das liberdades democráticas no país. Na opinião de Morais, essa ampliação, iniciada com o governo de Juscelino Kubitschek, contribuiu para a popularização de temas como a fome e a reforma agrária e para a realização de congressos sobre esses temas. O Congresso de Salvação do Nordeste (1955) e o

Primeiro Congresso de Camponeses foram exemplos disso. Este congresso foi apontado por Moraes como o quarto fator de expansão das Ligas Camponesas, pois nele José dos Prazeres foi eleito presidente das Ligas.

A instauração do “Governo da Frente Popular” em Recife (1956) e em Pernambuco (1959) foram, respectivamente, o quinto e o sexto fator de expansão. Segundo Moraes, o “Governo da Frente Popular”, ao afastar a oligarquia agrária dos setores e das instituições municipais, proporcionou às Ligas um grande impulso. Mas foi durante a ampliação das liberdades democráticas, proporcionada pelo “Governo da Frente Popular” (1959), que Prazeres teria concluído o processo iniciado quatro anos antes.

Ao se expandir para outros municípios, o movimento ganhou força e conquistou a aprovação do projeto de desapropriação do Engenho da Galiléia. Para o autor, essa desapropriação significou ao mesmo tempo uma vitória, por consolidar o prestígio do movimento em diversas regiões do Brasil, e uma derrota, por legitimar a intervenção legal do Estado na administração do engenho. Moraes foi além e apontou que essa intervenção transformou os camponeses em tutelados do Estado e a SAPP em uma sociedade reduzida a poucas dezenas de sócios desunidos e materialistas.

A revolução cubana foi o último fator que contribuiu para a expansão do movimento. Após acompanharem Jânio Quadros em sua viagem à Havana e lá presenciarem a reforma agrária praticada pelo governo revolucionário³², Clodomir de Moraes e Francisco Julião passaram a defender que a luta contra os resquícios do feudalismo não deveria depender da luta contra o imperialismo.

Como vimos, alguns membros das Ligas tentaram impor essa tese no V Congresso do Partido Comunista, mas foram derrotados. Foi após essa derrota que esses membros impulsionaram um programa de expansão nacional das Ligas.

Movido pelo seu objetivo de demonstrar o protagonismo e a radicalidade dos camponeses, Julião foi na contramão da interpretação de Moraes, ao abordar a expansão do movimento a partir dos fatores internos. Para o autor, a radicalidade do camponês, a

³² Segundo Luís Bernardo Pericás (2004), a 1ª lei de Reforma Agrária (1959) proibiu o latifúndio, dividiu o país em Zonas de Desenvolvimento Agrário e criou o Instituto Nacional da Reforma Agrária, responsável por expropriar propriedades, transferir títulos de terras e iniciar o processo de redistribuição de renda e terras no país.

atuação do violeiro, do folhetista e do cantador e os atos públicos foram os principais fatores de expansão das Ligas. Apenas dois fatores externos teriam ajudado na expansão do movimento: parte da imprensa, que publicou os boletins e as cartas enviadas pelo movimento, e a revolução cubana, com o seu alto impacto na esquerda revolucionária.

Julião lutava tanto pela reforma agrária como pela revolução socialista, e isso se refletiu na sua interpretação. Ele buscou apresentar os governos municipal, estadual e federal como representantes do capitalismo, das classes dominantes e da exploração, no intuito de mobilizar os camponeses a derrubá-los em nome do socialismo. Por isso, Julião apresentou o governo JK e o Governo da Frente Popular (1959) como claros opositores dos camponeses e das Ligas, pois assinalar que esses governos “burgueses”³³ apoiaram as Ligas ou ampliaram as liberdades democráticas deslegitimaria a sua tese de que o burguês estava mais próximo do latifundiário que do camponês.

Mesmo escrevendo em 1962 - ano em que, segundo Morais, o núcleo do Engenho da Galiléia já deveria estar em decadência e a expansão proporcionada pela sua desapropriação concluída -, Julião não considerou a desapropriação desse engenho importante para a expansão do movimento e não observou o declínio destacado por Morais.

As diferentes interpretações acerca da “crise” do Engenho da Galiléia nos permitem levantar as seguintes questões: até que ponto Clodomir de Morais comprometeu sua análise ao procurar pelas razões do fim do movimento? Será que Julião, por escrever em um momento de franca expansão das Ligas, tentou manter imaculada a imagem do núcleo da Galiléia e não apresentar possíveis desgastes no movimento?

Principais pontos a serem retidos

Primeiramente, como destaca Hobsbawm e Ranger (1997, p. 9), a memória também é um processo de esquecimento. Isso ficou claro quando Julião, buscando dissociar a imagem das Ligas Camponesas (1955-64) das Ligas Comunistas (1945-48) e do PCB, não mencionou a atuação de Prazeres na articulação do movimento.

³³Um leitor desconhecedor da história de Pernambuco deve estar questionando se o Governo da Frente Popular pode ser interpretado como “burguês”. A resposta é sim, pois apesar dos camponeses terem participado dessa frente, o governador era Cid Sampaio, um industrial, o que abriu espaço para Julião realizar essa interpretação.

Do desmembramento do primeiro aspecto surgem o segundo e o terceiro. O segundo aspecto consiste na percepção de que a inclusão e a exclusão das figuras de Prazeres e de “Zezé da Galiléia”, do núcleo de respaldo urbano, do PCB, etc., estavam intimamente ligadas à imagem das Ligas que se buscou passar: ora um movimento continuamente político, ora um movimento “beneficente” que, após a intervenção de um homem, se transformou em político.

O terceiro aspecto, por sua vez, está relacionado ao fato de Julião ter utilizado o seu livro como ferramenta para “inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição” (HOBSBAWM e RANGER, 1997, p. 9) nos camponeses, como as ideias de que a Igreja era uma das responsáveis pela sua exploração, de que ser religioso não significava aceitar a exploração da Igreja e de que o socialismo era o caminho para a mudança da situação socioeconômica de cada um. Além disso, destacamos a tentativa, empreendida por Julião, de traçar uma linha continuidade entre a luta dos camponeses da Alemanha e o presente.

Também foi possível percebermos a necessidade de relativizar a relação entre a polícia e os camponeses, bem como a ideia de que todos os camponeses eram adversários dos latifundiários.

Tomando para nós a crítica de Rangel (2000, p. 245) às obras produzidas sobre as Ligas Camponesas, destacamos que ficou claro o “desencantamento da derrota” transmitido por Moraes à análise da atuação das Ligas, uma vez que escreveu a história do movimento tentando encontrar os culpados pelo seu fim.

Ambos os autores, independentemente de negligenciarem ou legitimarem a participação do PCB na criação das Ligas, adotaram a fundação da SAPPP como o início das Ligas Camponesas (1954-64).

Julião e Moraes mostraram que o foco nos camponeses foi baseado em diversas estratégias e justificativas. Porém, concordamos com Azevêdo (1982, p. 83) ao assinalar que por trás dessas justificativas ocorreu uma subestimação da força política do assalariado rural.

Nem todos os pecebistas compartilhavam da ideia de que o Brasil era semifeudal. Contudo, Guimarães e Vinhas, que partilhavam dessa ideia, destacavam as seguintes características como determinantes do caráter semifeudal do campo brasileiro: as relações servis entre os camponeses e os latifundiários, o monopólio de terras e o poder extraeconômico que o monopólio da terra concede ao latifundiário.

Por fim, destacamos que algumas das discussões presentes nas análises de Julião e de Moraes, como a discussão sobre o caráter político e/ou beneficente do movimento e a atuação do PCB na articulação das Ligas, seriam retomadas por Elide Rugai Bastos e Fernando Azevêdo, cujas obras analisamos no próximo capítulo.

CAPÍTULO II

AS DUAS LIGAS

Na década de 1980 foram publicadas três obras fundamentais sobre as Ligas Camponesas: *As Ligas Camponesas* de Elide Rugai Bastos; *As Ligas Camponesas*, de Fernando Antônio Azevêdo; e *A Vitória dos Vencidos: Partido Comunista Brasileiro e Ligas Camponesas – 1955-1964*, de Bernadete Aued. Porém, como os próprios títulos sugerem, somente as duas primeiras tiveram as Ligas como objeto central das análises, e foi justamente por isso que as analisamos.

Neste capítulo comparamos essas duas obras, abordando como os autores analisaram: o surgimento das Ligas; a função política e/ou beneficente da SAPP; as razões do processo de expansão local, regional e nacional do movimento; a relação entre Oscar Beltrão e os galileus; as frentes de atuação das Ligas; o conflito com o PCB; a relação das Ligas com o capitalismo; a composição da base social do movimento; a relação entre essa base e as reivindicações do movimento; os inimigos do movimento; as concepções de luta; a relação entre as Ligas e o governo nacional e estadual.

2.1. As Ligas Camponesas de Bastos

O livro de Elide Rugai Bastos é considerado uma das principais obras sobre o movimento (WELCH, 2006, p. 65). Esse livro foi publicado em 1984 como resultado da sua dissertação de mestrado em Ciência Política.

Essa obra foi dividida em cinco capítulos: “Os ‘Galileus’”, “Expansão Regional do Movimento – 1955-1961”, “Expansão Nacional do Movimento – 1961-1963”, “Desarticulação das ‘Ligas’ e elaboração de novo projeto” e “As Ligas Camponesas e o Estado Nacional”. Os capítulos foram cuidadosamente divididos de acordo com o período de vida das Ligas, 1954-64, e com os níveis de atuação espacial do movimento, ou seja, o primeiro capítulo foi voltado para a atuação das Ligas em âmbito local, o segundo para a atuação em âmbito regional e o terceiro para a ação em âmbito nacional.

A problemática que movimentou análise de Bastos foi: “qual o papel representado pelo campesinato no processo de transformação da sociedade brasileira?”. Essa problemática surgiu da ideia de que o campo brasileiro, desde 1930, ano da aliança entre os blocos industrial e agrário, desenvolvia processos capitalistas de produção. Porém, apesar de defender que as relações de produção no campo brasileiro eram capitalistas, Bastos não fez uma análise da expansão do capitalismo no campo. Ela apenas apontou que diversas foram as formas de subordinação da terra ao capital, como a expulsão de foreiros, a destituição do “morador” do engenho das condições que possibilitavam a sua subsistência, a extinção de contratos de parceria e a plantação de “culturas industriais”.

A autora assinalou que as Ligas Camponesas surgiram como os grandes questionadores da aliança industrial-agrária e, conseqüentemente, da expansão do capitalismo no campo, pois lutavam pela posse da terra, a principal forma de negar ao mercado a venda da força de trabalho (BASTOS, 1984, pp.34-35), e contra algumas das formas de subordinação da terra ao capital, como a expulsão dos foreiros.

Baseada nos documentos oficiais das Ligas e nos depoimentos dos participantes do movimento, a autora destacou que as Ligas surgiram no ano de 1954, com a fundação da Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco (SAPPP). Em sua opinião, foram os próprios foreiros, representados nas figuras de Hortêncio e Zezé da Galiléia, que, sob a orientação de José dos Prazeres, fundaram a sociedade com o objetivo de garantir, por meio da compra de um engenho, a autonomia do seu trabalho, a aquisição de implementos agrícolas, bem como reivindicar assistência técnica governamental, criar uma escola e um fundo para auxílio do pagamento do foro e das despesas funerárias.

A peculiaridade da análise de Bastos não se restringiu ao fato dela ter apontado que os foreiros pretendiam comprar um engenho. Ela interpretou de maneira particular a razão pela qual os foreiros ofereceram a Oscar Beltrão o cargo de presidente de honra da SAPPP. Segundo Bastos, este convite estava associado ao fato dos foreiros não terem bem definida a circunscrição do adversário e de reconhecerem o proprietário como o detentor do direito de saber e autorizar tudo o que acontece no engenho.

Fazendo coro à análise de Moraes e de Julião, Bastos apontou que Oscar Beltrão aceitou o convite, mas depois de orientado por seu filho e proprietários da região sobre o perigo representado por essa sociedade, saiu do cargo e ameaçou expropriar as terras dos foreiros.

Entretanto, Bastos defendeu que a recusa do cargo e a posterior ameaça de expropriação também estavam relacionadas ao descumprimento do acordo firmado entre Beltrão e os foreiros, pois esse acordo previa a expulsão dos foreiros que não pagassem o foro.

Frente a essa situação, os foreiros invocaram a sua cidadania e saíram em busca de auxílio (BASTOS, 1984, p. 37). A autora apontou que a primeira pessoa procurada por eles foi o governador Cordeiro Farias, que negou qualquer ajuda. Diante de tal recusa, Hortêncio se dirigiu à assembleia legislativa, que o orientou a procurar um advogado.

O advogado procurado foi Francisco Julião, o único personagem presente em todas as narrações sobre a história das Ligas Camponesas. Segundo Bastos, Julião atuou em prol dos foreiros na justiça, por meio da lei do inquilinato³⁴, e na assembleia legislativa de Pernambuco, ao denunciar, na tribuna da assembleia, a situação dos galileus.

Devido à repercussão positiva que a luta por meio da lei do inquilinato teve e à expansão de relações capitalistas em diversos engenhos de Vitória de Santo Antão, o movimento se expandiu localmente e, assim, incorporou diversos foreiros.

A autora foi a primeira, dos autores aqui analisados, que abordou detalhadamente esses importantes membros das Ligas. Para tanto, descreveu como os foreiros trabalhavam, se relacionavam com o capital e vendiam os seus produtos. Essas descrições objetivavam mostrar como as condições socioeconômicas se transformaram no fundamento de um projeto em nome da “autonomia do trabalho” e apresentar os três elementos que, em sua opinião, definiam o camponês: a consciência da privação, de desigualdade e do proprietário como adversário.

³⁴ Julião utilizou essa lei, que regulava as relações entre locadores e locatários de moradias, para garantir que os foreiros tivessem os seus direitos reconhecidos enquanto moradores do engenho.

Ao contrário de Novaes (1997), que viu o termo camponês como uma definição externa³⁵, Bastos defendeu que o termo camponês era uma autodefinição. O objetivo dela ao fazer isso foi apresentar a população rural como possuidora de consciência política e, portanto, criticar a ideia, ainda presente no seu momento de fala, de que os trabalhadores rurais não possuíam “consciência de classe”.

A ideia de que os trabalhadores brasileiros não tinham “consciência de classe” e/ou eram ingênuos politicamente foi amplamente defendida e propagada, nas décadas de 1950 a 80, por diversos estudiosos, que buscavam, por meio desses conceitos, explicar a ascensão dos políticos populistas³⁶.

A autora concluiu sua análise sobre o período de atuação local das Ligas, apresentando que nessa fase o movimento tanto era conservador como contestador, pois, ao mesmo tempo em que buscavam, por meio da criação de um fundo de auxílio ao pagamento do foro³⁷, a permanência na terra, representavam, ao lutarem pela compra de um engenho, um ataque à propriedade dos meios de produção.

Em 1955, iniciou-se sob a liderança de José dos Prazeres a expansão regional do movimento. Tomando como base as ideias de Julião e de Moraes, ela destacou que a expansão regional estava relacionada: à ascensão da Frente popular do Recife e de Pernambuco; à eleição de José dos Prazeres como presidente das Ligas; à ligação entre as lideranças camponesas e as sindicais; ao pensamento de um grupo de intelectuais, que passou a ver a desigualdade socioeconômica como resultado da concentração de terras³⁸; ao papel do código civil, da bíblia, do violeiro, do cantador, do folhentista e das manifestações periódicas; à desapropriação do Engenho da Galiléia; e à publicação de boletins e denúncias na imprensa.

A utilização da bíblia pode ser entendida como o uso de versículos e salmos ou como a aproximação para com as religiões protestantes. Como destacamos no capítulo

³⁵ Segundo Novaes (1997), o termo camponês foi introduzido no Brasil pelo PCB, a fim de caracterizar os trabalhadores do campo como atores políticos. E foram os próprios pecebistas que definiriam as características de quem se enquadraria nessa definição.

³⁶ Para uma crítica dos argumentos utilizados por sociólogos (Fernando Henrique Cardoso, Azis Simão, Brandão Lopes, Alain Touraine e Florestán Fernandes) para definir a classe operária brasileira como alienada, ver Paoli (1983).

³⁷ Tal conservadorismo tem uma justificativa. Para Bastos (1984, p. 36), os camponeses acreditavam que o não cumprimento do pagamento do foro acarretaria na sua legítima expulsão, pois estariam desrespeitando o acordo firmado com o proprietário.

³⁸ Para Bastos (1984, pp. 44-46), essa mudança se refletiu na série de congressos e encontros que ocorreram em Pernambuco, com o objetivo de discutir esse problema, por exemplo: o Congresso de Salvação do Nordeste, o 1º Encontro dos Bispos do Nordeste, o Encontro de Salgueiro e o Seminário para o Desenvolvimento do Nordeste.

anterior, Julião via a Igreja Católica como uma inimiga. E na tentativa de fazer frente a essa instituição, Julião se aproximou de alguns pastores protestantes.

Baseada em entrevistas de Julião, concedidas a ela e a outrem, Bastos mostrou que alguns pastores, como João Evangelista e João Pedro Teixeira, se tornaram líderes de núcleos do movimento. Segundo Bastos, Julião ao se aproximar desses líderes religiosos, objetivava transferir a legalidade e a idoneidade das igrejas protestantes ao movimento.

Apesar dessa análise ímpar, a autora não levou em consideração a opinião de outros pastores. Da mesma maneira que João Pedro Teixeira e João Evangelista se aproximaram das Ligas, determinados pastores orientavam seus fiéis a não se envolverem com o movimento, como afirmou João Mariano³⁹. Além disso, quando atuou como líder da Liga de Sapé, João Pedro Teixeira estava afastado da igreja⁴⁰. Esses exemplos nos permitem indagar se a aproximação entre a igreja protestante e as Ligas era vista da mesma maneira pelos dois lados?

Durante a atuação local, as Ligas, de uma maneira geral, lutaram pelo controle do processo de trabalho. Porém, na fase regional, segundo Bastos, agentes externos teriam corrompido essa luta dos foreiros, em nome de uma luta estranha a eles, a luta pela reestruturação da estrutura agrária do país.

Duas perguntas surgem desse parágrafo: Por que a luta pela reforma agrária significava a corrupção do móvel original da luta? ; Como esses “agentes externos” entraram no movimento? Para respondermos a primeira pergunta, assinalamos que, para a autora, a reforma agrária defendida pela cúpula política do movimento era influenciada pela perspectiva nacional-desenvolvimentista. Essa perspectiva defendia que a reforma agrária era fundamental para que o capitalismo industrial no Brasil alcançasse um novo patamar (TOLEDO, 2004, p. 17), pois a reforma agrária permitiria aumentar a produção agrícola e, assim, fornecer alimentos para as cidades e matérias-primas para indústria; além disso, ampliaria o mercado interno de bens manufaturados ao aumentar o poder de consumo de pequenos e médios proprietários rurais. Em resumo: enquanto a luta pela

³⁹ Informação colhida no filme “Cabra Marcado Para Morrer”, onde João Mariano afirmou que foi expulso de uma igreja protestante por estar vinculado à SAPPP.

⁴⁰ Segundo Elizabeth Teixeira, mulher de João Pedro Teixeira, em entrevista concedida a Eduardo Coutinho no filme “Cabra Marcado para Morrer”.

autonomia do trabalho questionava a expansão do capitalismo no campo, a reforma agrária defendida pelos “agentes externos” buscava o desenvolvimento do capitalismo⁴¹.

Respondendo a segunda pergunta, apontamos que, para Bastos, os camponeses não tinham uma clara definição do conflito em que estavam envolvidos⁴², o que abriu espaço para que terceiros redefiniram o teor do projeto de “autonomia do trabalho”. Apesar dessa corrupção, o movimento continuou a lutar, embora com menos intensidade, pela autonomia do trabalho. Tal luta era representada pela ação contra o cambão⁴³. Para Bastos, a luta contra o cambão foi interpretada de duas maneiras: a cúpula política a considerava uma luta contra o latifúndio semifeudal, ao passo que a base social a via como uma luta contra o capitalismo. Porém, logo após fazer essa afirmação, ela defendeu que a cúpula política também interpretava a ação contra o cambão como uma luta contra o capitalismo.

A contradição não se constituiu como o único problema da sua análise a respeito da luta contra o cambão. Baseada em uma pesquisa de 1963, ela destacou que “apenas parte dos foreiros presta cambão” (BASTOS, 1984, p. 52). Porém, em 1963, já fazia sete anos que as Ligas haviam iniciado a luta contra o cambão⁴⁴ e, como demonstra Novaes (1997, p. 45), as Ligas conseguiram resultados expressivos.

A corrupção da luta não foi a única mudança pela qual o movimento passou a ascender a nível regional. Para ela, quando o movimento iniciou a sua expansão regional passou a aglutinar parceiros, posseiros, pequenos proprietários e assalariados agrícolas, os quais, apesar de terem diferentes concepções de trabalho, estavam submetidos ao capital por meio da vinculação a culturas industriais.

Em 1961 ocorreu a expansão nacional das Ligas, motivada pelo contato com a revolução cubana e pela atuação do movimento no congresso de Belo Horizonte. O contato com o processo cubano contribuiu para que o movimento passasse a adotar uma

⁴¹ Para Bastos (1984, p.41), a desapropriação do Engenho da Galiléia, em 1959, foi a demonstração da alteração do projeto inicial do movimento e, conseqüentemente, a causa do desânimo dos camponeses em continuarem lutando contra o capitalismo.

⁴² Para Bastos (1984, p. 39), os camponeses aceitaram a “solução” dos seus problemas por meio da desapropriação do Engenho, mesmo esta desagradando e corrompendo os seus objetivos iniciais. E, em sua opinião, os que têm clara definição do conflito utilizavam o apelo a terceiros como uma forma de ataque e/ou defesa, e não como um meio para solucionar os seus problemas.

⁴³ Cambão eram os dias da semana em que o camponês trabalhava de graça para o proprietário do engenho, como uma forma de pagamento por utilizar as terras do proprietário.

⁴⁴ Segundo Medeiros (1989, p. 41), as Ligas em 1956 já lutavam contra o cambão.

estratégia ofensiva, deixasse de compartilhar da visão etapista e propusesse métodos políticos para a implantação da reforma agrária.

Apesar de não apontar como a atuação no congresso de Belo Horizonte contribuiu para a expansão do movimento, ela dedicou grande espaço do seu livro à análise do conflito entre a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) e as Ligas, que teve o seu ápice no referido congresso.

É tarefa difícil abordar a história das Ligas sem atentar para o conflito entre elas e o PCB/ULTAB. Ao analisar o conflito, Bastos assinalou cinco pontos. O primeiro consistiu na indicação de que esse conflito se iniciou durante a expansão regional das Ligas, ou seja, entre 1955 e 1961. O segundo incorreu na apresentação das razões do conflito: as diferentes percepções acerca da reforma agrária⁴⁵, as diferentes noções de igualdade⁴⁶ e a discussão sobre a subordinação da luta pela reforma agrária à luta anti-imperialista. O terceiro estava relacionado ao apontamento de que o rompimento entre as Ligas e o PCB ocorre em 1961, no congresso de Belo Horizonte, e que após o rompimento as Ligas se isolam. O quarto ponto: a autora, fazendo uma análise da distância entre o discurso e a prática, assinalou que, apesar das Ligas romperem com o PCB/ULTAB, em algumas regiões as Ligas continuaram a frequentar os eventos da ULTAB, em nome da preservação da unidade tática do movimento rural. O quinto ponto: Bastos destacou que o rompimento com o PCB contribuiu para que as Ligas adotassem a luta armada como estratégia, porém não comprovou tal afirmação.

Assim como a ascensão a nível regional, a ascensão a nível nacional trouxe mudanças. A principal delas foi a aproximação entre o discurso e a prática. À medida que a radicalidade tomou conta do discurso, as ações do movimento como um todo também se tornaram radicais. Prova disso foi a participação das Ligas nas 48 greves que ocorreram em 1963, em prol da execução do Estatuto do Trabalhador Rural⁴⁷, e a invasão de engenhos abandonados e terras devolutas na luta pelo acesso a terra.

⁴⁵ Enquanto as Ligas defendiam que a única forma de alterar a estrutura agrária do país era por meio da reforma agrária, a ULTAB acreditava que vitórias parciais, como reivindicações salariais e melhores condições de trabalho, poderiam modificar a estrutura agrária.

⁴⁶ Segundo Bastos (1984, p.83) a ULTAB defendia a ideia de igualdade democrático-burguesa, que deveria ser implantada para garantir o desenvolvimento das condições necessárias para a ascensão do socialismo. Já as Ligas partilhavam da ideia de igualdade do socialismo, uma ideia com um fim em si mesmo.

⁴⁷ Segundo Bastos (1984, pp.91-92), grande parte dos proprietários se recusou a aplicar os direitos previstos nesse estatuto. Frente a tal situação e a dificuldade de usar a via jurídica, haja vista que a legislação ainda não havia sido regulamentada,

Essa radicalidade causou preocupação nos governos pernambucano e brasileiro. Para Bastos, diversas foram as formas utilizadas por tais governos para dirimir a atuação do movimento camponês e, conseqüentemente, manter inabalada a expansão do capitalismo no campo. As principais ações coercitivas foram a desapropriação do Engenho da Galiléia, a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre as Ligas, a criação do Estatuto do Trabalhador Rural⁴⁸ e a intervenção na cooperativa agrícola de Tiriri⁴⁹.

Dos autores aqui analisados, a autora foi a única a trazer os detalhes sórdidos da desapropriação do Engenho da Galiléia, o que nos ajudou a entender o porquê de, em 1985, Eduardo Coutinho ter apresentado, no filme *Cabra Marcado para Morrer*, que o Engenho ainda não pertencia aos galileus⁵⁰. Segundo ela, a Companhia de Revenda e Colonização (CRL), responsável por organizar a desapropriação do engenho, buscou desmobilizar o movimento, promover novos empregos e, conseqüentemente, beneficiar a empresa capitalista. Para tanto, utilizou critérios absurdos e abstratos⁵¹, que poderiam ser acionados a qualquer momento para alocar os membros da SAPP em outros engenhos⁵².

Baseando-se em Azevêdo, a autora destacou que as Ligas começaram a se enfraquecer durante a expansão nacional⁵³ e que, tentando reestabelecer suas forças, se voltaram para a sua origem, o Nordeste, e decidiram, em 1963, que o Conselho Nacional das

utilizaram-se as greves como estratégia para pressionar a aplicação da legislação. O principal resultado dessas greves foi o contrato coletivo de trabalho na lavoura canavieira, que regulou a aplicação da ETR na mesma.

⁴⁸ De acordo com Bastos (1984, p. 89), apesar de ter sido criado para reprimir o movimento camponês, o ETR reconheceu o papel dos trabalhadores rurais na sociedade ao romper com alguns pontos do pacto de 1930, que previa a não intervenção na estrutura fundiária e a não concessão de direitos trabalhistas aos trabalhadores rurais.

⁴⁹ Segundo Bastos (1984, pp. 95-97), um grupo de camponeses invadiu o Engenho de Tiriri e se apropriou de parte das terras. Com auxílio da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e das Ligas, esses camponeses fundaram a Cooperativa Agrícola de Tiriri, que tinha como objetivo organizar a extração de carvão. Porém, como foi mencionado anteriormente, os camponeses só ocuparam parte do engenho, a outra parte continuou sobre o controle dos antigos proprietários. Esses proprietários eram dois usineiros, que, frente a promulgação do ETR, estavam enfrentando problemas para manterem as suas taxas de lucro, pois tinham que pagar salários mínimos e regulares à seus empregados. No intuito de socializar esses custos, os usineiros arrendaram as suas terras à cooperativa, com a condição de que nessas terras fossem plantadas canas-de-açúcar e que essa cana fosse vendida, exclusivamente, à suas usinas. Esse contrato, além da exclusividade, retirava dos ombros dos usineiros a responsabilidade em fazer valer o ETR, pois foi a cooperativa quem assumiu essa função. Em resumo, esse contrato rearticulava os interesses e reivindicações dos camponeses, ao transformá-los nos antigos arrendatários que eram antes de invadirem esse engenho.

⁵⁰ A título de curiosidade, o engenho só seria dos foreiros quando todos eles pagassem os seus respectivos lotes. Se um deles não quitasse as prestações anuais, o engenho continuaria pertencendo ao Estado (BASTOS, 1984, p.95).

⁵¹ Por exemplo, para ter acesso a um lote, o foreiro não poderia possuir doença ou defeito físico (BASTOS, 1984, p. 94).

⁵² Segundo Bastos (1984, p. 94), alguns membros da SAPP foram alocados em engenhos improdutivos, localizados no sertão e na chapada do Araripe. Isso legitimou a tese de que a desapropriação do Engenho da Galiléia buscava, ao desvincular o camponês da terra, beneficiar a empresa capitalista.

⁵³ Bastos (1984) destacou que o declínio das Ligas estava associado à perda de representação dos camponeses para a Igreja e o PCB, que conseguiram a maioria das cartas de representação sindical cedidas pelo Estado; à crise interna causada pela formação de núcleos guerrilheiros, pois, por cada núcleo guerrilheiro ter uma esfera de autonomia, diversos grupos tentaram assumir a direção das Ligas; e à insatisfação de membros do movimento com o fato de Julião, apesar de criticar abertamente o processo eleitoral, gastar rios de dinheiro em sua campanha eleitoral.

Ligas seria unificado com base em uma composição operário-camponesa e em duas instituições: a Organização Política (OP) e a Organização das Massas (OM)⁵⁴. Foi com essa nova estruturação que as Ligas se transformaram em um partido agrário-revolucionário de caráter leninista e se tornaram defensores da ideia de que não era necessário passar pelo capitalismo para se chegar ao socialismo. Porém, Moraes (1965) e Sales (2005) afirmaram que, desde 1961, quando entraram em contato com a revolução cubana, as Ligas criticavam a visão etapista.

Para Bastos, essas iniciativas não surtiram o efeito esperado, pois o ambiente político favorável de 1955 não existia mais. O que existia era a tentativa dos governos, brasileiro e pernambucano, de desmobilizar as Ligas, pois não mais precisavam atender às reivindicações dos camponeses e do operariado para legitimar o regime político.

Por fim, Bastos concluiu que o movimento foi desarticulado em 1964, quando o governo militar prendeu os principais líderes das Ligas: Júlio Santana, Francisco Julião, Clodomir de Moraes e Padre Alípio.

2.2. As Ligas Camponesas de Azevêdo

Esse livro, publicado em 1982, também foi resultado da dissertação de mestrado do autor, defendida em 1980, no programa integrado de mestrado em Economia e Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco.

As semelhanças entre os dois livros não se restringiram a esse aspecto. Azevêdo também utilizou como referencial teórico-metodológico o marxismo e articulou o surgimento das Ligas ao desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro, havendo apontado que elas surgiram como uma forma de luta dos camponeses contra a expansão do capitalismo sobre o campo⁵⁵.

Para mostrar as Ligas como um movimento que lutava contra a expansão do capitalismo, o autor discutiu como o capitalismo se desenvolveu no campo brasileiro, acrescentando que o pacto firmado em 1930 entre a burguesia industrial e a agrária criou as

⁵⁴ Essa proposta foi idealizada pelo Padre Alípio e formalizada como projeto de organização das Ligas Camponesas do Brasil, na *Conferência de Recife*, em 1963 (BASTOS, 1984, p. 108).

⁵⁵ Para Azevêdo (1982, p. 44; 52), a expropriação e proletarização do produtor direto da lavoura canavieira, motivadas pelo desenvolvimento do capitalismo, contribuíram para o dimensionamento dos conflitos de classe e, conseqüentemente, para a atuação do movimento camponês como redefinidor das relações entre dominantes e dominados.

condições necessárias para tal desenvolvimento⁵⁶. Segundo Azevêdo, esse acordo garantiu aos latifundiários, por meio da continuação do monopólio da terra e da exclusão do camponês da política, as condições necessárias para continuarem dominando e controlando econômica, política e socialmente os camponeses.

Por que o monopólio da terra contribuiu para esse controle? Os trabalhadores rurais dependiam da terra para garantirem a sua sobrevivência, e por não terem acesso à pequena propriedade, tinham como única alternativa utilizar a terra do latifundiário, o único que possuía terra e que poderia, por meio de sistemas exploratórios, concedê-la. Dessa forma, a população rural assumia:

um caráter de força de trabalho represada, de um mercado cativo controlado pelos latifundiários, que o utilizam de acordo com as suas necessidades de mais ou menos braços voltados para a cultura comercial, em função das flutuações nos preços do mercado nacional ou internacional.(AZEVEDO, 1982, p.38)

Para o autor, esse controle econômico, social e político baseado no monopólio da terra e em relações pré-capitalistas, só acabou com o desenvolvimento do capitalismo no campo, que transformou os camponeses em assalariados e, assim, rompeu com a sua dependência da terra para sobreviver. Porém, cabe indagarmos: só este aspecto foi suficiente para pôr fim a esse controle? A nosso ver a submissão continuou existindo, porém com a mudança do eixo de dependência, pois, com o desenvolvimento do capitalismo, os trabalhadores rurais deixaram de depender da terra para sobreviverem e passaram a depender da oferta de trabalho, que continuou sendo mediada pela grande propriedade/proprietário.

Após problematizar o desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro, o autor focou a sua análise nas Ligas Camponesas, utilizando como fontes: as entrevistas com ex-militantes das Ligas (Zezé da Galiléia, Amaro do Capim e Júlio Santana) e os periódicos *Jornal do Comércio*, *Folha do Povo*, *Correio da Manhã*, *Jornal da Tarde*, *O Estado de S. Paulo* e *A Hora*.

⁵⁶ Para Azevêdo (1982, p.34), o Estado resultante da revolução de 1930 ora atendia os interesses dos grupos dominantes agrários, ora dos industriais, mesmo que outros grupos questionassem essa exclusividade governamental.

Apesar de não defender a continuação entre as Ligas Comunistas e as Ligas Camponesas (1954-64), Azevêdo, diferentemente de Bastos, iniciou a sua narração demonstrando a atuação das Ligas Comunistas. Logo após, o autor fez uma breve problematização da maneira pela qual a SAPPP foi abordada pela bibliografia. Para ele, diversas foram as interpretações acerca da criação da SAPPP. Todavia, a mais comum foi a que interpretou a SAPPP como uma sociedade criada com o objetivo único e exclusivo de auxiliar o financiamento de caixões. Para o autor, essa interpretação, que derivou das análises de Josué de Castro em *Sete Palmos de Terra e um Caixão*, e de Antônio Callado em *Os Industriais da Seca e os Galileus de Pernambuco*, foi “ingênua e um tanto pitoresca” (AZEVEDO, 1982, p. 59), pois negligenciou a função política da sociedade⁵⁷. De posse dessa informação, podemos apontar que Azevêdo, provavelmente, não concordou com o fato de Bastos caracterizar a SAPPP como uma sociedade beneficente.

As divergências não se restringiram a esse aspecto. Enquanto Bastos destacou que os objetivos das Ligas giravam em torno da fundação de uma escola e de um fundo funerário, da compra de um engenho, da aquisição de implementos agrícolas e da reivindicação de assistência técnica governamental, Azevêdo assinalou que a SAPPP tinha como objetivos a criação de escolas, de uma caixa funerária e de um fundo para a assistência médica e jurídica. Ou seja, eles só concordaram com relação a dois objetivos: a criação de escolas e de uma caixa funerária.

Azevêdo e Bastos também discordaram quanto à análise da relação entre Beltrão e os galileus, dos motivos para a expulsão dos camponeses e dos acontecimentos subsequentes à repressão da SAPPP, por parte do proprietário. Para Azevêdo, os galileus ofereceram o cargo de presidente de honra da SAPPP a Oscar Beltrão com o objetivo de neutralizar qualquer repressão por parte dele⁵⁸. Apesar de ter aceitado o convite, Beltrão, alertado da ameaça que essa sociedade representava, saiu do cargo e reivindicou o fim imediato do movimento, senão aumentaria o foro e expulsaria alguns foreiros. Eles terem se recusado a pôr fim ao movimento, a aceitar o aumento do foro e a expulsão em massa, foi o suficiente para que Beltrão reivindicasse ajuda policial para reprimir a sociedade. Frente à intensificação da repressão, o núcleo dirigente da SAPPP decidiu enviar

⁵⁷ Segundo Azevêdo (1982, p. 59), a SAPPP era uma sociedade política. No intuito de legitimar tal argumento, ele atentou para a presença de comunistas, como Paulo Travassos e José dos Prazeres, na composição da diretoria da sociedade e para o fato da sua interpretação ter sido corroborada por Clodomir de Moraes, dirigente do movimento.

⁵⁸ Concordaram com tal interpretação Julião e Moraes.

Paulo Travassos e José dos Prazeres a Recife para buscarem ajuda. Julião⁵⁹ e um grupo de sete políticos⁶⁰ foram os que aceitaram ajudar os galileus (AZEVEDO, 1982, p.62).

Assim como Bastos, Azevêdo destacou que o respaldo jurídico e político fornecido por esses oito personagens, a atuação de José dos Prazeres (após ser eleito presidente das Ligas) e o clima político existente em Pernambuco contribuíram para a expansão e consolidação das Ligas enquanto um movimento regional. Porém, a maneira como os autores analisaram o último acontecimento se diferenciou.

Enquanto Bastos enfatizou que a organização de sucessivos congressos entre 1951-56 marcou a introdução das teses desenvolvimentistas no Nordeste, Azevêdo expôs como ocorreu essa introdução. Segundo o autor, quem introduziu essas teses foi um grupo de intelectuais defensores da ideia de que os problemas socioeconômicos do Nordeste não consistiam na fatalidade climática da seca⁶¹ e sim em um sério problema de distribuição de renda e de terra, que seria solucionado por meio da reforma agrária⁶².

Após apresentar as razões da expansão regional (1955-59) do movimento, Azevêdo analisou as suas principais características nesses anos. Para o autor, nesse período as Ligas procuravam dar assistência aos camponeses em conflito com os grandes proprietários, denunciar as condições sociais a que o camponês estava submetido⁶³, lutar pela reforma agrária, combater a exploração dos assalariados rurais e buscar a extensão da legislação trabalhista aos assalariados rurais⁶⁴. Para alcançar esses objetivos utilizaram o Código Civil⁶⁵ (pois era ele que regulava as relações comerciais e a relação entre

⁵⁹ Segundo Azevêdo (1982, p. 62), Julião forneceu nesse momento assessoria jurídica (redigindo e registrando os estatutos da SAPP como associação civil e atuando como advogado dos foreiros) e respaldo político.

⁶⁰ Esse grupo, composto por um vereador do PST, um prefeito de Jabotão, um advogado ligado ao PCB e dois deputados da UDN, um do PTB e um do PSB, denunciava nas tribunas parlamentares e na imprensa os conflitos entre os galileus e o proprietário (AZEVEDO, 1982, p. 62).

⁶¹ Azevêdo (1982, pp. 63-64) demonstrou que os latifundiários do Nordeste utilizaram esse argumento para, nos momentos de estiagem, se beneficiarem da isenção fiscal, do crédito bancário e dos auxílios financeiros, concedidos pelo governo federal. Para uma análise da construção da imagem da região Nordeste, como fatalmente associada à seca, à miséria e à fome, ver Albuquerque (2009).

⁶² Outros problemas e soluções também foram destacados nesse momento, como: a disparidade regional, entre o Nordeste e o centro-sul, que deveria ser resolvida com mais investimentos e atenção por parte do governo federal (AZEVEDO, 1982, p. 65).

⁶³ Algumas dessas condições eram a obrigação do cambão, o vale barracão, o aumento do foro, a ameaça de expulsão, a expulsão, os salários baixos e a violência da polícia e de capangas.

⁶⁴ Rangel (2000, p. 260) também interpretou que, para Azevêdo, as Ligas defenderam os camponeses e os assalariados rurais.

⁶⁵ Mesmo se baseando nas ideias de Moraes e Julião, Azevêdo (1982) não concordou com a ideia de que a luta por meio do código civil isolava os proprietários de terra, que se baseavam nas práticas feudais, e neutralizava a burguesia, que não desrespeitaria a ferramenta legitimadora das próprias conquistas, pois, em sua opinião, essas classes eram indissociáveis.

o morador/foreiro e o proprietário era vista como comercial) e a denúncia, em periódicos e na tribuna da assembleia, das violências praticadas contra os camponeses.

Concordando com Bastos, ele destacou que durante a atuação regional os assalariados rurais, até então à margem das Ligas⁶⁶, passaram a fazer parte do movimento. Porém, Azevêdo apontou que a entrada dos assalariados ampliou as bases sociais, a força e o peso do movimento, pois os assalariados rurais tinham formas de pressão mais efetivas, como a greve⁶⁷.

Assim como Bastos, Azevêdo assinalou que, em 1959, graças à desapropriação do Engenho da Galiléia, o movimento iniciou a sua expansão nacional. Porém, os autores divergiram quanto a maneira pela qual a desapropriação influenciou no processo de expansão. Diferentemente de Bastos, defensora da ideia de que a desapropriação foi importante para a expansão nacional do movimento porque a propagação da notícia desse acontecimento contribuiu para que outras regiões conhecessem o movimento, Azevêdo destacou que o fato da desapropriação ter ocorrido dentro dos parâmetros constitucionais e, por isso, as Ligas não terem alcançado os objetivos previstos com a luta pela desapropriação, contribuiu para que o movimento concluísse que a saída pela via institucional deveria ser um caminho excepcional, pois grandes mudanças só ocorreriam por meio da reforma agrária radical. Em resumo: Azevêdo interpretou a decepção com a desapropriação como a motivação para a mudança da bandeira do movimento, o que contribuiu para que as Ligas buscassem maneiras de pôr em prática a reforma agrária radical, e a principal forma era se tornando um movimento de abrangência nacional⁶⁸.

Concordando com Bastos, Azevêdo destacou que no período em que o movimento atuou nacionalmente, a luta pela reforma agrária⁶⁹ se sobrepôs às lutas anteriormente citadas. Porém, o motivo para tal mudança não foi interpretado da mesma maneira, pois enquanto Bastos destacou que essa mudança foi influenciada pelo contato com a

⁶⁶ O autor utilizou os argumentos de Julião e de Moraes, apresentados no capítulo I, para justificar a marginalização dos assalariados rurais.

⁶⁷ Rangel (2000, p. 260) também interpretou que para Azevêdo, os assalariados rurais tinham formas de pressão mais efetiva.

⁶⁸ Bastos (1984, p.100), em concordância com a maioria dos autores, apontou que essa mudança estava associada à influência da revolução cubana. Azevêdo (1982, p.77) considerou o contato com essa revolução importante para a constituição do projeto de reforma agrária radical, porém defendeu que foi a desilusão com a desapropriação que determinou a mudança de ideia.

⁶⁹ Concordando com Bastos, o autor defendeu que nesse momento a ideia de reforma agrária toma contornos mais sólidos. Porém, diferentemente de Bastos, e aproximando-se de Moraes, Azevêdo (1982, p. 79) apontou que o projeto de reforma agrária não era claro, e que não só as Ligas como a esquerda brasileira não tinham um projeto claro de reforma agrária.

revolução cubana, Azevêdo considerou a desilusão com a desapropriação com o engenho da Galiléia como a principal motivação.

Esse momento também se caracterizou pelo conflito com o PCB. Diferentemente de Bastos, ele determinou um momento para o início do conflito, a criação do comitê de solidariedade à revolução cubana, um para a intensificação do conflito, o embate, apresentado no capítulo I, que ocorreu no V Congresso do PCB, e um para a ruptura definitiva, o Congresso de Belo Horizonte. Além disso, o autor apontou que o conflito entre o PCB e as Ligas foi interno até 1961, quando aconteceu a ruptura definitiva e, conseqüentemente, a quebra da unidade do movimento rural⁷⁰.

Assim como Bastos, Azevêdo afirmou que, após o rompimento com o PCB, as Ligas se isolaram da esquerda brasileira. Podemos dizer que os autores consideraram o PCB como sinônimo da esquerda brasileira, pois as Ligas mantiveram contato, a nível nacional, com o PC do B e a POLOP– Política Operária (AZEVEDO, 1982, p.92), e a nível internacional com facções da IV Internacional (AZEVEDO, 1982, p. 92), com um grupo de estudantes da Checoslováquia (PAGE, 1972, p. 124), com a Associação Nacional de Agricultores de Cuba (SALES, 2005, p. 147), com a Federação Sindical Mundial (SALES, 2005, p.147) e com um comitê de Paris, que coletava dinheiro dos sindicatos trabalhistas da Europa Ocidental (PAGE, 1972, p. 123).

De maneira geral, Azevêdo se aproximou de Bastos por ter apontado que o conflito entre as Ligas e o PCB girava em torno: do foco no assalariado ou no camponês; da política de acúmulo de forças; da natureza da reforma agrária; da conquista da reforma agrária por meio da via institucional ou não; da submissão da luta pela reforma agrária à luta contra o imperialismo; da visão etapista da revolução; da aliança com a burguesia e/ou latifundiários; de quem deveria ser a vanguarda da revolução socialista.

Ainda com relação à aproximação entre as Ligas e o PCB, o autor destacou mais quatro aspectos: o PCB foi o principal interlocutor das Ligas na esquerda; alguns núcleos das Ligas estavam sob o controle do comitê estadual do PCB, como os núcleos de

⁷⁰ Como vimos, Bastos problematizou tal rompimento ao apresentar que em algumas regiões as Ligas continuaram a frequentar os eventos da ULTAB, em nome da preservação da unidade tática do movimento rural.

Sapé e Mari⁷¹; a expansão nacional das Ligas ocorreu após a derrota dos militantes do movimento no V congresso do PCB, como uma necessidade de conquistar adeptos de suas teses para confrontar as teses e organizações ligadas ao PCB; a necessidade de relativizar o rompimento, pois em algumas regiões e em alguns momentos os dois movimentos realizavam alianças temporárias.

Azevêdo interpretou o conflito com o PCB e o conseqüente isolamento das Ligas como sendo duas das razões para a decadência do movimento no final de 1962. Somado a esses dois fatores, o autor destacou a expansão nacional do movimento, a desarticulação do movimento armado, a perda da hegemonia na representação dos trabalhadores rurais e o fiasco de Julião nas eleições de 1962.

Antes de continuarmos a análise da obra, necessitamos discutir o fiasco de Julião nas eleições de 1962 e os razões para Azevêdo ter apontado que as Ligas tiveram um período de hegemonia na representação dos trabalhadores rurais. Para ele, três foram os motivos para tal hegemonia: 1) as Ligas foram praticamente a única organização agrária a atuar em Pernambuco; 2) até a ruptura definitiva com o PCB, as Ligas contavam com o apoio de toda a esquerda, ou melhor, do PCB; 3) a efetiva coordenação e articulação de suas “delegacias”. O ano de 1962 marcou o início do fim da sua hegemonia, devido à combinação de três fatores: a) o fato do Estado ter concedido a maioria das cartas sindicais ao PCB e à Igreja; o fato das Ligas, após o rompimento com o PCB/ULTAB, buscarem desenvolver uma estrutura nacional para “fazer contrapeso à ação da ULTAB” (AZEVEDO, 1982, p. 100), o que resultou no seu enfraquecimento regional; c) o fato de terem enviado os seus melhores militantes para criarem núcleos em outras regiões, o que contribuiu para o enfraquecimento do movimento em Pernambuco.

Com relação ao desempenho de Julião na eleição de 1962, tanto Azevêdo como Bastos destacaram que o pequeno número de votos recebidos por Julião representou a perda da força das Ligas. Apesar de ser uma hipótese bem estruturada, acreditamos que o número de votos recebidos por Julião estava mais associado ao fato de Julião defender a reforma agrária radical e a suas ações do que ao enfraquecimento das Ligas. Três aspectos nos fizeram pensar isso: a) Assis Lemos, líder da Liga de Sapé e partidário das

⁷¹ Azevêdo (1982, p. 87) e Bastos (1984, p.100) assinalaram que os núcleos dirigidos pelo PCB estavam a margem da influência de Julião. Porém, Rangel (2000) e Reyes (1997) apresentam que Elizabeth Teixeira, líder atuante da Liga de Sapé, era uma “julianista”.

ideias defendidas pelo PCB, foi eleito na mesma ocasião com um número significativo de votos (PAGE, 1972, p. 111); b) o fato de grande parte da esquerda ter rechaçado a tese radical de Julião e, por isso, ter se oposto a sua candidatura (PAGE, 1972, p. 111); c) a insatisfação de alguns setores do movimento com o fato de Julião, que criticava a mudança pela via eleitoral, ter se candidatado ao cargo de deputado federal.

Continuemos nossa análise. Para Azevêdo, a principal característica do movimento nesses anos foi a radicalidade. Esta não foi vista com bons olhos pelo governo, que buscou maneiras de manter a hegemonia política da classe dominante agrária, que vinha sendo cada vez mais ameaçada pelas Ligas. As formas encontradas para isso foram a criação da CPI sobre as Ligas, analisada por Novaes (1997), Rangel (2000) e Santiago (2012), a promulgação do ETR e a desapropriação do Engenho da Galiléia. Apesar de ter concordado com Bastos no que se refere à utilização do ETR para dirimir a atuação do movimento camponês, o autor considerou esse estatuto o símbolo do rompimento do pacto de 1930, caracterizado pela exclusão política do camponês e pela não extensão dos direitos trabalhistas aos assalariados rurais.

O autor apontou que, nos 10 anos em que atuaram politicamente, as Ligas tiveram diversos inimigos: o capitalismo, a imprensa conservadora, o latifúndio, a Igreja católica, a burguesia e o PCB. Com relação ao primeiro desses inimigos, o capitalismo, é necessário fazermos uma crítica à análise do autor. Azevêdo, com o intuito de legitimar a ideia de que as Ligas lutavam contra o capitalismo, julgou o fato dos próprios líderes do movimento destacarem que lutavam contra o semifeudalismo, quando apontou que esta interpretação era equivocada, já que inexistiam, na década de 1960, estudos e pesquisas empíricas acerca da questão agrária no Brasil. Acreditamos que a sua análise ficaria mais rica se ele discutisse menos qual era a verdadeira interpretação acerca da questão agrária e mais como tais interpretações foram utilizadas e a relação delas com o contexto político, social, econômico e cultural da época. Ou seja, se ele levasse em consideração a complexidade e a diversidade de interpretações acerca da questão agrária.

Como vimos, a análise de Bastos sobre o enfraquecimento das Ligas e as atitudes tomadas para o reestabelecimento das forças foi baseada nas ideias desenvolvidas por Fernando Azevêdo, portanto não precisamos retomar tais ideias.

Infelizmente não podemos abordar como Azevêdo analisou o fim do movimento, pois ele não o considerou em sua obra.

Principais pontos a serem retidos

Os autores, baseados nas teses de Caio Prado Júnior⁷², defenderam que o campo brasileiro das décadas de 1950/60 era essencialmente capitalista e, por isso, destacaram as Ligas como uma forma de luta contra a expansão do capitalismo no campo.

Ao afirmarem que o capitalismo estava presente no campo brasileiro da década de 1950, os autores se diferenciaram dos defensores da ideia de que o capitalismo só foi introduzido no campo na década de 1970⁷³, com o início da sua mecanização.

Ambos os autores destacaram que o poder arbitrário do latifundiário, advindo do monopólio da terra, era garantido pelo Estado, que, a partir de uma política de compromissos com o proprietário, não interferiu na estrutura fundiária. Ambos também tentaram demonstrar que o campesinato brasileiro foi utilizado apenas como aliado político nos projetos de alteração da estrutura fundiária brasileira e que não conseguiu concluir o seu próprio projeto político de transformação das suas condições sociais. Azevêdo e Bastos, ao escreverem o seus respectivos livros, tentaram:

contar a história de um projeto realmente revolucionário, que foi impedido na sua realização, pelo poder dos grandes latifundiários que, em face dos impasses e contradições da esquerda sobre a 'revolução brasileira', se reorganiza, enquanto força política, e, articula uma contraposição, que se materializa no golpe de 1964. (RANGEL, 2000, pp. 261-62)

Azevêdo e Bastos destacaram que o movimento mudou a sua concepção ideológica, os seus objetivos, as suas estratégias, os seus inimigos e a sua base social, conforme se expandiu local (1954), regional (1955) e nacionalmente (1959).

Bastos foi a primeira e única autora, dos aqui analisados, a apresentar a experiência social dos camponeses (nos seus mais diferentes níveis), bem como as razões que os levaram a fundar o movimento.

⁷² Por exemplo, a tese de que a concentração de terras nas mãos de um pequeno grupo garantia, ao mesmo, a submissão do trabalhador rural foi apresentada por Caio Prado Júnior na obra *A questão agrária no Brasil*.

⁷³ Essa ideia foi desenvolvida no livro *O que é questão agrária*, de José Graziano da Silva.

Os autores, a exemplo de todos os analisados nessa monografia, consideraram o debate ocorrido no congresso de Belo Horizonte o marco para o rompimento entre as Ligas e o PCB, e consideraram as estratégias de acesso à terra a força motriz do conflito entre essas duas forças.

Por fim, destacamos que ao fazerem uma abordagem normativa do movimento, definindo quem era o seu “verdadeiro” inimigo e quais eram as suas “verdadeiras” concepções ideológicas, os autores tornaram as suas análises passíveis de críticas diversas.

CAPÍTULO III

O DEBATE SOBRE AS LIGAS NAS DÉCADAS DE 1980, 1990 E 2000

O objetivo deste capítulo é analisar os principais trabalhos sobre as Ligas Camponesas, nas décadas de 1980, 1990 e 2000⁷⁴.

Em um primeiro momento, analisamos os marcos temporais, o grau de abrangência do trabalho, as fontes e as perspectivas teóricas (e políticas) utilizadas. Em seguida, abordamos como os autores relacionaram as Ligas às demais forças políticas e sociais, analisaram as Ligas no seu tempo, interpretaram as suas divisões internas e seus projetos de país, apresentaram a sua base constitutiva e os seus dirigentes, e separaram a dimensão real da dimensão discursiva das Ligas.

3.1. Leonilde Sérvolo de Medeiros

O livro *História dos Movimentos Sociais*, publicado em 1989, é uma referência para aqueles que pretendem discutir e analisar as formas de organização e representação dos trabalhadores rurais no Brasil. Trata-se de uma obra abrangente, que buscou analisar as diferentes formas de atuação política dos trabalhadores rurais e dos movimentos sociais no campo ao longo da segunda metade do século XX. Contudo, a própria autora considerou isso uma tarefa difícil, já que a maioria dos registros, acerca dessas atuações, está dispersa, fragmentada e elaborada pelos “vencedores”.

Dessa maneira, as Ligas Camponesas foram analisadas em conjunto com outros movimentos sociais e partidos políticos, como o Partido Comunista Brasileiro. Essa aglutinação se justificou pela importância conjunta desses movimentos em trazer à cena política nacional a luta dos trabalhadores rurais, impor o reconhecimento dos mesmos à sociedade e romper com o caráter pontual e localista das suas ações e reivindicações, ao fazer da reforma agrária uma bandeira comum de diversos grupos e um importante eixo de discussão política⁷⁵.

⁷⁴ Aued (2012), Martins (1983; 1994), Medeiros (1989), Motta e Esteves (2009).

⁷⁵ Como apontou Medeiros (2010, p. 118), os periódicos tiveram papel significativo na promoção de uma nova matriz de visibilidade nacional, à exemplo dos periódicos *Terra Livre* e *Liga*, utilizados pelo PCB e pelas Ligas Camponesas (1954-64), respectivamente.

Além disso, para a análise das Ligas Camponesas foi necessário relacioná-las ao Partido Comunista Brasileiro, pois a sua existência havia resultado das ações do PCB no campo brasileiro. Para ratificar essa interpretação, Medeiros nos apresentou a importância da presença de José dos Prazeres e Paulo Travassos, ex-militantes do PCB, na idealização e direção⁷⁶ da Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP).

A primeira parte da análise de Medeiros abordou o surgimento das Ligas. Para tanto voltou suas atenções para o engenho da Galiléia e a fundação da SAPPP, interpretada como o embrião do movimento. Dessa maneira, podemos apontar que a baliza temporal inicial de sua análise foi 1955, ano de criação dessa sociedade.

Essa sociedade surgiu inicialmente com caráter assistencialista e com o objetivo de proteger os foreiros do foro cobrado pelo proprietário do engenho. Para Medeiros, rapidamente o movimento ganhou novas proporções, ao estender sua “proteção” aos trabalhadores dos engenhos próximos, que também sofriam com o aumento do foro e a negação de concessão de terras do engenho para plantio e habitação⁷⁷.

Foi durante essa extensão que os representantes do movimento tentaram neutralizar as ações do proprietário, oferecendo-lhe o cargo de presidente da SAPPP. Todavia, o proprietário recusou e passou a ameaçar e reprimir, com a ajuda da polícia, os membros dessa sociedade.

Frente à intensificação das ameaças, alguns representantes da SAPPP foram até Recife à procura de Francisco Julião, advogado conhecido e recém-eleito deputado estadual de Pernambuco, para que os defendessem das ameaças e ações do proprietário.

O aceite do convite por Julião, segundo Medeiros, definiu as frentes de luta das futuras Ligas Camponesas, a jurídica e a política⁷⁸. Porém, a autora nos apresentou outro tipo de ação que não se enquadrou em nenhuma dessas frentes: a ocupação armada das grandes propriedades (MEDEIROS, 1989, p. 76). Esse tipo de ação era realizada

⁷⁶ Segundo Medeiros (1989), José dos Prazeres só passou a dirigir a sociedade em 1956, quando ela se tornou uma entidade estadual. Até então, o presidente foi o antigo militante do PCB, Paulo Travassos.

⁷⁷ Segundo a autora, essa situação refletia as profundas transformações nas relações de trabalho que o Nordeste viveu na década de 1950.

⁷⁸ O símbolo da última foi a criação de uma comissão, na Assembleia Legislativa de Pernambuco, para investigar possíveis ameaças a esses trabalhadores.

pelos núcleos liderados por Clodomir Morais o que nos permitiu intuir que a autora, mesmo tratando em alguns momentos as Ligas Camponesas como um movimento plural, heterogêneo e diversificado, definiu as características das Ligas lideradas por Julião como sendo as mesmas de todos os núcleos nacionais.

A segunda parte da sua análise abordou a ascensão estadual e nacional do movimento, tratando-a como passos necessários de um movimento que só crescia e se fortalecia. Segundo a autora, a ascensão a nível estadual ocorreu em 1956 e, junto dessa nova configuração, algumas palavras de ordem passaram a fazer parte desse movimento, como “contra o cambão e pela reforma agrária” (MEDEIROS, 1989, p. 41) e “reforma agrária na lei ou na marra” (MEDEIROS, 1989, p. 56). Além disso, nesse momento o movimento buscou aumentar suas bases de apoio para além do meio rural, indo às ruas e fazendo passeatas, comícios e congressos.

Já a ascensão a nível nacional ocorreu em 1961⁷⁹, quando estava espalhada por 13 estados, quarenta municípios e com cerca de dez mil associados. Nesse momento, o movimento fez de suas lutas contra os grandes proprietários, o cambão, o latifúndio e pela reforma agrária verdadeiras reivindicações nacionais, criando uma situação de proximidade entre os diferentes sujeitos sociais do campo (MEDEIROS, 1989, p.71) e desenvolvendo uma visão própria de Brasil e de como deveria ser realizada a reforma agrária.

Com relação à visão de Brasil, apontamos que, para Medeiros, Julião interpretava o país como plenamente capitalista⁸⁰, ao passo que o PCB via o Brasil como um país semifeudal. A reforma agrária, por sua vez, era interpretada por ambos como uma maneira de proporcionar a redistribuição de terras aos camponeses, a justiça econômica e social aos mesmos, o alargamento da cidadania política dos trabalhadores rurais e ampliação da democracia no país.

⁷⁹ Esse ano foi apontado por Daniel Aarão Filho (2001) como o início do protagonismo popular. O protagonismo popular se intensificou durante o governo de João Goulart, expandindo-se por todo o Brasil e englobando um grupo diversificado de atores sociais, entre eles os trabalhadores rurais e urbanos, estudantes, graduados das Forças Armadas e policiais militares, sobre um programa político comum, que rompia com as possíveis diferenças e complexidades entre os atores sociais e promovia uma unidade, ao redor das seguintes reformas de base: reforma agrária, reforma urbana, reforma bancária, reforma eleitoral, reforma do estatuto do capital estrangeiro e reforma universitária.

⁸⁰ Esse aspecto reforça a ideia, apresentada anteriormente, de que a autora tomou as ideias e ações de Julião como sendo as de todas as Ligas.

Porém, suas opiniões acerca da natureza da reforma agrária diferiam. Essa diferenciação ideológica, segundo Medeiros, se fez mais clara no Congresso Nacional Camponês, em 1961. Nesse encontro a reforma agrária foi um tema muito debatido entre o PCB e as Ligas Camponesas. Entretanto, o assunto que polarizou o encontro e, conseqüentemente as duas organizações, foi a regulamentação da parceria e do arrendamento. Essa medida era defendida pelo PCB e combatida pelas Ligas, que, segundo Medeiros, defendiam a reforma agrária *na lei ou na marra* e eram contrárias a essas formas de acesso a terra, considerando-as precárias.

Apesar de não citar quem eram os líderes do movimento, suas análises indiretamente indicaram José dos Prazeres, Paulo Travassos, Francisco Julião e Clodomir de Moraes. O conflito entre os dois últimos foi interpretado pela autora como o início do fim do movimento⁸¹.

A baliza final de sua análise foi o ano de 1964, quando o governo militar extinguiu o movimento por meio da repressão. Dessa maneira, podemos perceber que a sua análise percorreu o seguinte trajeto: surgimento, ascensão nacional e declínio.

Por fim, destacamos que a autora abordou apenas as Ligas de Pernambuco e da Paraíba e utilizou um conjunto diversificado de fontes, como periódicos (em especial, o *Liga* e o *Terra Livre*), atas de congresso e documentos oficiais das Ligas Camponesas.

3.2. José Martins de Souza em 1981

No livro *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*, cuja primeira edição é de 1981, o autor analisou, como o próprio título sugere, diferentes formas de atuação política dos camponeses. Para tanto, passou o messianismo (Canudos e Contestado), o banditismo social (cangaço), a revolta de Trombas e Formoso, o movimento camponês de Governador Valadares (MG) e de Santa Fé do Sul, a guerrilha de Porecatu, os sindicatos fundados pela Igreja e pelo PCB, o Master e, claro, as Ligas Camponesas.

⁸¹ Para a autora, Julião era a favor das ações jurídicas e da mudança através do processo eleitoral, ao passo que Clodomir de Moraes era favorável à ocupação direta e armada dos latifúndios. Porém, para Sales essa divisão (armado x político) não era tão simples, pois o movimento guerrilheiro teve apoio e simpatia de diversos setores das Ligas. Por exemplo, Elizabeth Teixeira, uma “julianista”, líder da Liga de Sapé, tinha o desejo de que os camponeses da Paraíba tivessem armas para se defender e fazer a reforma agrária e que Moraes tivesse construído um núcleo guerrilheiro na região.

As Ligas Camponesas, consideradas o movimento mais importante da história contemporânea do campesinato brasileiro (MARTINS, 1983, p. 76), surgiu em 1955, com a fundação da SAPP (MARTINS, 1983, p. 76). Diferentemente de Medeiros, defensora da ideia de que a criação da SAPP foi motivada por necessidades “assistencialistas”, Martins apontou que a SAPP foi criada pelos camponeses⁸² do Engenho da Galiléia com o objetivo de lutar contra a sua expulsão das terras do engenho⁸³.

Martins não apresentou detalhes dos anos iniciais do movimento e da entrada de Francisco Julião no movimento, como fez Medeiros. Apenas afirmou que Julião foi procurado pelos camponeses para os auxiliar na luta contra o proprietário do engenho e que as Ligas contaram em seu início com o apoio do PCB.

A exemplo de Medeiros, Martins abordou o contexto político do Nordeste na década de 1950/60⁸⁴, pois considerou o entendimento de tal contexto importante para a compreensão do desenvolvimento e da expansão das Ligas Camponesas. Para ele, além do contexto político, contribuíram para a expansão das Ligas o fato de diversos proprietários de engenho tentarem, devido à valorização do açúcar, expulsar das suas propriedades os camponeses, bem como o apoio do PCB.

Martins destacou que o conflito ideológico entre o PCB e as Ligas girava em torno de três eixos. O primeiro dizia respeito à natureza da revolução brasileira: enquanto as Ligas defendiam que a revolução deveria ser socialista, sem qualquer aliança com a burguesia, o PCB defendia que a revolução deveria ser democrático-burguesa⁸⁵. O segundo eixo estava relacionado à natureza da reforma agrária, enquanto o PCB acreditava que a reforma agrária só aconteceria por meio de reformas parciais, as Ligas defendiam que a reforma agrária seria alcançada através do fim do monopólio da terra, da criação da propriedade camponesa e da estatização da propriedade. O último eixo se

⁸² Martins (1983, pp.77-78) apontou que a base social do movimento era unicamente composta por camponeses, deixando de lado os assalariados rurais.

⁸³ Segundo Martins (1983; pp. 76-77), a expulsão dos camponeses estava intimamente ligada à revitalização do mercado do açúcar, que motivou os proprietários a expulsarem-nos das terras do engenho, para, no lugar das culturas dos camponeses, plantarem cana-de-açúcar.

⁸⁴ Segundo Martins (1983; p. 77), esse contexto foi marcado pela iniciativa de políticos e intelectuais de associarem os problemas que assolavam Pernambuco à concentração de terras e renda, pela criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE - e pela retirada das oligarquias fundiárias do poder, por meio da Frente Popular do Recife e de Pernambuco.

⁸⁵ Para a descrição daqueles que, segundo o PCB, tinham razões e deveriam se unir contra o latifúndio “semifeudal”, ver: Guimarães (1960, pp. 89-111); e Vinhas (1968, pp. 145-47).

referiu às estratégias de luta: enquanto as Ligas definiram como estratégia o foco nos camponeses, o PCB focalizava os assalariados rurais.

Martins assinalou que a ruptura definitiva entre as Ligas e o PCB⁸⁶ ocorreu no Congresso de Belo Horizonte, destacando que: a) as Ligas, com a sua tese de reforma agrária radical, conseguiram sensibilizar os participantes do congresso e, assim, conquistaram a “vitória” no embate com o PCB; b) o V Congresso do PCB determinou o início do afastamento do PCB das Ligas Camponesas, pois nesse congresso o foco no assalariado rural foi definido como a principal estratégia do partido no campo.

Apesar das diferenças ideológicas, ambos os movimentos lutavam contra a renda capitalista da terra (MARTINS, 1983, p. 80). Assim, a aliança com a “burguesia”, pregada pelo PCB, não fazia sentido (MARTINS, 1983, p. 80), uma vez que os latifundiários e os capitalistas não eram classes sociais distintas, como havia ocorrido até a implantação da Lei de Terras (1850), e sim imbricadas (MARTINS, 1983, p. 80).

Com relação à visão do Brasil, apontamos que, segundo Martins, as Ligas interpretavam o país como semifeudal e, por isso, compartilharam, por curto período de tempo, da visão etapista. Foi após o contato com a revolução cubana que o movimento mudou radicalmente as suas concepções de reforma agrária e de estratégias de luta, passando, entre outras coisas, a rechaçar a aliança com a burguesia e a visão etapista (MARTINS, 1983, p. 89).

Por fim, o autor apontou que as Ligas tiveram o seu fim decretado com a repressão desencadeada pelo governo militar iniciado em 1964. Porém, ele indicou que desde 1962 as Ligas já estavam enfraquecidas, pois nesse ano o governo passou a conceder cartas de sindicalização, exclusivamente, ao PCB, que iniciou um intenso processo de criação de sindicatos rurais no campo.

3.3. José de Souza Martins em 1994

Durante os anos em que estive na Universidade de Cambridge, Martins escreveu o livro *O Poder do Atraso* (1994). Esse livro representa uma mudança intelec-

⁸⁶ O PCB não era o único “inimigo” das Ligas. De acordo com Martins, os latifundiários, a Igreja e a renda da terra também os eram.

tual do sociólogo, que passou a criticar e deslegitimar a atuação política do PCB e das Ligas Camponesas.

Martins abordou a atuação de alguns movimentos sociais e partidos políticos no campo brasileiro entre as décadas de 1950 e 1980, dentre os quais o PCB, as Ligas Camponesas e a Igreja Católica.

O autor se preocupou em abordar o surgimento do movimento e mencionar a sua disputa com o PCB e a Igreja Católica pela representação política dos trabalhadores rurais. Ou seja, uma análise totalmente diferente daquela realizada no livro de 1981.

No livro *O Poder do Atraso*, Martins nos ofereceu informações acerca das principais características do movimento, que podem ser utilizadas tanto para complementação quanto confrontação das informações veiculadas por ele mesmo em 1981 e por Leonilde Sérvo Medeiros.

Em 1994, o autor apontou que as Ligas Camponesas surgiram como um movimento religioso e legalista, em meados dos anos cinquenta⁸⁷, no Engenho da Galiléia, em Pernambuco. Religioso, pelo fato das Ligas terem o seu início na fundação, por parte dos “arrendatários” (MARTINS, 1994, p. 60), de uma “cooperativa” (MARTINS, 1994, p. 60) voltada para amenizar os custos de sepultamento dos mortos⁸⁸, já que estavam empobrecidos e não tinham condições de realizar o enterro. Apesar de a cooperativa ter sido uma ideia dos moradores do engenho, ela só entrou em atividade após os mesmos solicitarem, e obterem, a permissão do proprietário para o seu funcionamento (MARTINS, 1994, p. 60).

A revitalização do mercado do açúcar nos ajudou a entender o caráter legalista da cooperativa, pois foi a partir desse evento que o dono do engenho decidiu retomar as terras de lavoura, concedidas aos trabalhadores, para nelas plantar cana-de-açúcar, e estes, por sua vez, mobilizaram-se e foram ao encontro do advogado Francisco Julião em busca de conselhos sobre como agir nessa situação. Julião não só os aconselhou co-

⁸⁷ O autor não especificou a data de criação.

⁸⁸ Como vimos no capítulo II, essa interpretação está de acordo com a análise de Josué de Castro e de Antônio Callado, que viam a necessidade de criar um fundo funerário como o único fator que motivou o surgimento da SAPP.

mo intercedeu a favor deles na justiça, ao recorrer à Lei do Inquilinato. Dessa maneira, iniciou-se o caráter legalista do movimento.

Antes de realizarmos um paralelo entre essa análise de Martins e a de Medeiros, é necessário compararmos as duas análises de Martins. Como foi mencionado no início desse tópico, em 1994 Martins só se preocupou em abordar o surgimento das Ligas e mencionar a disputa do movimento, com o PCB e a Igreja Católica pela representação política dos trabalhadores rurais. Já em 1981, ele fez uma análise totalmente diferente, abordando as Ligas a partir de diferentes aspectos.

O segundo ponto diferenciador foi a interpretação sobre as razões de fundação da SAPP. Na obra de 1983, Martins fez questão de destacar o movimento como exclusivamente político. Já na obra de 1994, Martins buscou desconstruir o caráter exclusivamente político do movimento, ao afirmar o seu caráter legalista e religioso.

Nem só de diferença é estabelecida a relação entre as obras. Em ambas, Martins apresentou Julião como um clientelista que, ao subjugar os interesses dos camponeses a outros mais amplos, estava estabelecendo um novo tipo de patronagem.

A abordagem de Martins (1994) diferiu e complementou a de Medeiros em alguns aspectos. Com relação às ideias complementares, destacamos a maneira como Martins discutiu a atuação jurídica de Francisco Julião. Essa informação complementa a forma como Medeiros abordou as frentes de luta (jurídica e política) das Ligas, pois a autora apenas nos apresentou o marco da atuação política, a criação de uma comissão na Assembleia Legislativa de Pernambuco para investigar as possíveis ameaças aos trabalhadores rurais, deixando de lado a atuação jurídica.

Com relação às diferenças, primeiramente apontamos o viés pelo qual os autores interpretaram a relação entre os trabalhadores e o proprietário. Martins apresentou-nos um proprietário que permitiu a organização dos trabalhadores em cooperativas e que não apresentou qualquer reação as reivindicações dos mesmos. Já Medeiros foi pela contramão dessas interpretações e nos apresentou um proprietário repressor, contrário ao funcionamento da SAPP e capaz de realizar sucessivas ameaças à Sociedade e chamar a polícia para acabar com a mesma.

Outra diferença na interpretação dessa relação diz respeito à maneira como os autores interpretaram a aproximação entre os trabalhadores e o proprietário. Martins acreditou que a aproximação entre eles, exemplificada pela solicitação da permissão para o funcionamento da cooperativa, era a representação do tradicional modo de relacionamento entre trabalhadores (subjugados) e proprietários (detentores do poder). Já Medeiros interpretou tal aproximação, por meio do oferecimento do cargo de presidente ao proprietário, não como o reconhecimento da autoridade do proprietário, mas como uma tentativa de neutralizá-lo e, assim, obter caminho livre para as suas ações. Ademais, a autora não abordou o possível pedido de autorização.

O fato de a cooperativa ter se preocupado, nos seus anos iniciais, em buscar melhores condições para o enterro dos *moradores do engenho* também foi interpretado de forma distinta pelos dois autores. Martins interpretou essa característica como evidência do caráter religioso do movimento, pois acreditou que ao fazer isso a cooperativa estava recuperando as concepções das irmandades de almas. Em contraposição, apesar de não citar essa ação, Medeiros interpretou todas as ações anteriores à preocupação com a questão da cobrança do foro, onde podemos inserir a busca por melhores condições de sepultamento, como assistencialistas (MEDEIROS, 1989, p. 47).

Por fim, destacamos os diferentes significados concedidos à atuação de Francisco Julião. Enquanto que, para Medeiros, o aceite do convite por Julião definiu as frentes de luta (jurídica e política) das futuras Ligas Camponesas, Martins assinalou que a atuação de Julião se deu única e exclusivamente em âmbito legalista e fez questão de descartar sua atuação política, afirmando que ele não se preocupou em estimular nos trabalhadores “qualquer ideia que os despertasse para a realidade política da classe social” (MARTINS, 1994, p. 61).

Portanto, foi possível extrair de Medeiros e Martins “imagens” distintas das Ligas Camponesas. Acreditamos que Martins buscou desconstruir a dimensão estritamente política do movimento que “a literatura mais ou menos especializada” (MARTINS, 1994, p. 60), a intelectualidade de esquerda e direita e ele mesmo perpetuaram, enfatizando “outras” características do movimento, como a religiosa e a legalista (MARTINS, 1994, p. 60). Já Medeiros utilizou as Ligas Camponesas para exemplificar

e ratificar a atuação política dos trabalhadores rurais e demonstrá-los como geradores de conflitos e reivindicações.

3.4. Bernadete Wrublewski Aued

Da adaptação de alguns trechos da dissertação *A vitória dos vencidos: Partido Comunista Brasileiro e Ligas Camponesas – 1955-1964*⁸⁹ foi estruturado o capítulo “Nos caminhos da cisão”. Esse capítulo diferiu dos apresentados anteriormente em diversos aspectos. O primeiro deles diz respeito à abrangência da análise. Enquanto Martins e Medeiros buscaram analisar mais de um movimento social e político, Aued focou sua análise nas Ligas Camponesas.

O recorte temporal de sua análise também se diferenciou dos anteriores, pois a autora se limitou a analisar o período entre os anos de 1961 e 1964. A escolha dessa baliza temporal estava intimamente relacionada ao objetivo central do capítulo: analisar o fim das Ligas, que, em sua opinião, se iniciou em 1961, ano de ruptura do movimento com o PCB.

A perspectiva teórica pela qual Aued abordou o seu objeto de pesquisa foi o marxismo⁹⁰. Esta perspectiva ficou clara já na primeira parte do capítulo, quando utilizou a dicotomia burguesia (representada pelos grandes proprietários de terra e o governo) versus proletariado para abordar os fatores externos que levaram as Ligas Camponesas à cisão. Este aspecto mostrou que, para a autora, os atores sociais do campo eram, única e exclusivamente, proletários e que os camponeses seriam um “vir a ser”⁹¹, como genialmente apontado por Rangel (2000, p. 254), com diminuta participação na construção dos movimentos sociais (RANGEL, 2000, pp. 247-254).

Para ela, diversas foram as ferramentas utilizadas pela burguesia para fracionar a força política do proletariado, unido em torno das Ligas Camponesas, e permanecer no poder. Ou seja, Aued interpretou a burguesia como a força externa responsável pela cisão das Ligas. Porém, a autora se preocupou em relativizar a “culpabilização” da bur-

⁸⁹ Para uma análise mais verticalizada e detalhada de toda a obra, ver: Rangel (2000).

⁹⁰ Sua dissertação foi produzida em 1986, clímax da utilização desse referencial teórico-metodológico no Brasil.

⁹¹ Tanto Aued como Azevêdo apontaram que o camponês sempre foi um assalariado que não tinha clara noção da sua posição socioeconômica. Segundo esses autores, foi com a entrada do capitalismo no campo que essa noção surgiu e, consequentemente, ocorreu a clarificação da verdadeira posição dos “agentes econômicos envolvidos no processo produtivo” (Azevêdo, 1982; p.52).

guesia e analisou a responsabilidade dos conflitos internos entre “julianistas” e comunistas.

A maneira pela qual a autora abordou o conflito entre “julianistas” e comunistas nos forneceu pistas sobre a sua interpretação do surgimento das Ligas Camponesas. Como Medeiros, Aued assinalou que as Ligas resultaram da atuação política do PCB⁹² no campo brasileiro dos anos 40 e 50 e, nesse ponto aproximando-se de Martins, surgiram com objetivos beneficentes.

Mas Aued foi além e apontou que o PCB não só auxiliou a criação das Ligas como também dirigiu, durante anos, uma parte delas. De posse dessa informação, destacamos que, para Aued, o conflito com o PCB não era um conflito externo, como defenderam Martins e Medeiros, mas um conflito interno.

Aued voltou a se aproximar de Medeiros quando apontou que esse conflito girava em torno das formas de luta pela terra. Entretanto, a autora se preocupou em desnaturalizá-lo. Segundo ela, durante alguns anos, tanto os “julianistas” como os comunistas, acreditavam que a luta pela terra deveria ocorrer na justiça, mas devido à ineficácia dessa estratégia, essa convergência foi se desgastando.

A autora, como Medeiros, expôs que esse desgaste teve o seu ápice durante o I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, quando os “julianistas” apresentaram a bandeira de “reforma agrária na lei ou na marra”, em oposição à defesa pelo PCB da regulamentação do arrendamento rural e da extensão da política salarial ao campo. Porém, para Aued devemos relativizar tal rompimento, já que, em algumas regiões, as Ligas continuaram a frequentar os eventos do PCB.

Outro ponto de convergência entre as ideias de Medeiros e Aued foi a interpretação de que tanto o PCB como os “julianistas” defendiam a reforma agrária, mas divergiam quanto às estratégias de implantação. Durante a apresentação da visão de reforma agrária dos “julianistas”, a autora, indiretamente, mencionou a visão de Brasil e o projeto de país que eles possuíam.

⁹² Essa interpretação, como nos apresentou Rangel, resultou da sua iniciativa de narrar a história das Ligas a partir da história do PCB.

Para ela, os “julianistas” viam o Brasil como um país subdesenvolvido, capitalista, instável e desigual social e economicamente. Com relação ao projeto de Brasil, influenciados pela revolução cubana, pretendiam, por meio da reforma agrária, romper com o latifúndio, a desigualdade, o imperialismo, o monopólio de terra e o subdesenvolvimento, e implantar o socialismo.

Além desses embates, a autora nos apresentou as divergências em torno da interpretação do papel do camponês e dos projetos de sociedade, porém não abordou o conflito entre Clodomir de Moraes e Francisco Julião, apresentado por Medeiros. Além disso, apontou a luta armada como uma característica dos “julianistas” e apresentou Julião como crítico ferrenho da luta pela terra por meio de ações jurídicas e do processo eleitoral⁹³, indo na contramão da interpretação de Medeiros, que via a luta armada como uma característica única e exclusiva das Ligas lideradas por Moraes, e Julião como defensor das ações jurídicas e da mudança através do processo eleitoral.

O último fator externo apontado foi o crescimento da sindicalização dos trabalhadores rurais⁹⁴. Para a autora, esse fenômeno expôs os conflitos e a ineficiência política das Ligas Camponesas. Essa “ineficiência” era resultado da ausência de uma liderança preparada politicamente para responder às demandas dos diferentes atores sociais, como parceiros, foreiros, pequenos proprietários e trabalhadores de “pontas de rua” (AUED, 2012, p. 91), que compunham o movimento.

Aued buscou explicar também as ferramentas utilizadas para evitar a cisão. A ascensão estadual e nacional das Ligas, ao contrário de Medeiros, foi apresentada como um meio pensado estrategicamente por Julião para evitar o fim do movimento.

O momento da ascensão estadual e nacional também foi um ponto de divergência entre as autoras. Para Aued, o movimento ascendeu a nível estadual em 1962, com a criação da Federação das Associações de Trabalhadores Rurais; já Medeiros apontou para o ano de 1956, mas não justificou sua escolha. Com relação à ascensão nacional, Aued apontou para 1963, ano de criação da *Organização Política das Ligas Camponesas do Brasil*, e Medeiros para 1961, mas, novamente não justificou sua opção.

⁹³ Na opinião de Aued, os “julianistas” se opuseram ao PCB pelo fato dos pecebistas defenderem que a luta pela terra deveria ocorrer de forma gradual e por meio da ação parlamentar e jurídica.

⁹⁴ Para a autora, este fenômeno se iniciou com o PCB.

Aued centrou sua abordagem nas Ligas de Pernambuco e da Paraíba e utilizou diversas fontes, como: periódicos⁹⁵, documentos oficiais das Ligas⁹⁶, declarações de congressos, textos e livros de Francisco Julião e Clodomir de Moraes, depoimentos e documentos do Exército. Entretanto, mesmo restringindo sua análise a essas ligas e tratando as Ligas Camponesas do Brasil como um movimento plural, disperso, heterogêneo e diversificado, em diversos momentos Aued generalizou suas análises.

Por fim, destacamos que Aued foi a primeira autora, dos analisados neste capítulo, a relacionar as práticas sociais e tomadas de posição políticas aos discursos públicos das Ligas Camponesas. Para ela, mesmo com todas essas teorizações políticas acerca da reforma agrária, do Brasil e do camponês, as Ligas não conseguiram propor mais do que lutas por melhores condições de vida.

3.5. Márcia Motta⁹⁷ e Carlos Leandro da Silva Esteves

Motta e Esteves, assim como Aued, focaram suas análises nas Ligas Camponesas, mas isso não impediu que outros movimentos, como o PCB, fossem abordados. Com relação à maneira pela qual os autores abordaram o movimento, podemos destacar que se assemelhou, em muitos aspectos, com a abordagem Medeiros, pois buscaram discutir de maneira geral as Ligas, analisando-as do “início” ao “fim”.

Seguindo o trajeto de Medeiros, Motta e Esteves iniciaram suas análises em 1954, problematizando a criação da SAPPP. Para eles, essa sociedade, interpretada como o embrião das Ligas Camponesas, surgiu da indignação dos arrendatários com a alta cobrança do foro. Até esse momento, os autores se aproximaram tanto de Medeiros como de Martins, porém, ao explicarem os objetivos dessa sociedade, os autores se distanciaram de Medeiros e se aproximaram de Martins e Aued.

Segundo Motta e Esteves, a SAPPP era uma “sociedade civil de cunho beneficente” (MOTTA e ESTEVES, 2009, p. 244), fundada com o intuito de criar um fundo

⁹⁵ A autora analisou os seguintes periódicos: *Correio da Paraíba*, *A União*, *Jornal do Comércio*, *A Hora*, *A Folha do Povo* e *Liga*.

⁹⁶ Concordando com Rangel, destacamos que essas fontes foram utilizadas, única e exclusivamente, como “provas” do discurso marxista-leninista das Ligas.

⁹⁷ Motta organizou o livro *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história – volume 2*. Esse livro buscou abordar as formas de luta dos camponeses, suas concepções de justiça e resistência entre as décadas de 1930 e 60. Alcançar esses objetivos, sem destinar um espaço para análise de um dos mais importantes movimentos sociais desse período, seria inviável. Pensando nisso, foi elaborado o capítulo “Ligas Camponesas: história de uma luta (des) conhecida.”.

funerário e uma escola, informação esta não abordada pelos outros autores. Ainda seguindo o mesmo caminho de Martins e Medeiros, os autores nos apresentaram o convite dos fundadores ao proprietário do engenho para que se tornasse presidente de honra da sociedade.

Suas interpretações desse convite se aproximaram, significativamente, da interpretação de Medeiros, pois defenderam que os arrendatários buscavam dissipar a desconfiança do proprietário e neutralizá-lo. A interpretação da reação do proprietário também se aproximou de Medeiros e, conseqüentemente, se distanciou de Martins (1994).

Para Motta e Esteves, o proprietário reagiu negativamente tanto à criação da sociedade como ao convite e procurou por fim à sociedade, por meio de intimidações e coerção policial. A interpretação da consequência dessa intimidação foi a mesma de Medeiros e Martins, ou seja, interpretaram que os arrendatários, ao buscarem fugir dessa situação, se aproximaram de Julião.

Motta e Esteves, em consonância com os demais autores, dedicaram um grande espaço do capítulo à análise da influência do PCB na criação das Ligas Camponesas. Para ratificar essa interpretação, primeiramente utilizaram um argumento muito parecido com o de Medeiros: a participação de José dos Prazeres, antigo militante do PCB, na criação e direção da SAPPP. Em um segundo momento, os autores desnaturalizaram o nome das Ligas, relacionando-o à iniciativa dos adversários políticos do movimento de associá-las às Ligas Camponesas Comunistas⁹⁸, para apontarem a relação entre estas e as “novas” Ligas.

Ainda na linha de Medeiros, Motta e Esteves deram importante ênfase à atuação de Julião na justiça e na política, utilizando, para isso, os mesmos exemplos de Martins e Medeiros, respectivamente. Porém, foram além da análise de Medeiros e nos trouxeram um dos instrumentos mais importantes da expansão das Ligas Camponesas: a “pedagogia” de Julião no “corpo-a-corpo” com os camponeses.

⁹⁸Como vimos no primeiro capítulo, essas Ligas em período recente (1945-1947) haviam se proliferado sob a influência do Partido Comunista Brasileiro. Para uma análise sucinta, mas de qualidade, dessas Ligas, ver: Santos (2005).

Com relação à interpretação da ascensão estadual e nacional do movimento, os autores se distanciaram de Aued ao interpretarem-na como algo necessário a um movimento que só se expandia, crescia e fortalecia, e nos forneceram uma nova abordagem do fenômeno.

Seguindo o exemplo de Martins, Motta e Esteves relacionaram o movimento de expansão das Ligas a fatores externos. O primeiro deles foi a mudança do governo pernambucano do final da década de 50 e início de 60. Segundo eles, essa mudança foi importante para a expansão das bases do movimento, pois nesse período uma frente única assumiu o poder e estabeleceu um governo mais democrático e favorável às ações das organizações populares⁹⁹, o que permitiu ao movimento se expressar como um movimento social e político de base rural.

O segundo diz respeito à crescente filiação das massas rurais. Ao contrário dos outros capítulos, Motta e Esteves, mesmo que rapidamente, verticalizaram sua análise e abordaram a base do movimento, as massas rurais. Mesmo não especificando quem eram, como os demais autores fizeram, os camponeses tiveram um lugar especial em suas análises e argumentos. A partir dessa metodologia, os autores apontaram que a insatisfação de ordem social, política e econômica da população rural os levou a se filiar às Ligas, e assim contribuírem para que o movimento não ficasse restrito aos foreiros da Galiléia e adjacências.

O terceiro surgiu da análise das propostas das Ligas. Além das propostas apontadas pelos autores já analisados, Motta e Esteves nos apresentaram a elaboração de uma carta aberta, em 1958, na qual os camponeses denunciavam a sua situação socioeconômica e as ameaças que sofriam; e o projeto de desapropriação do Engenho da Galiléia apresentado por Carlos Luiz de Andrade, suplente de Francisco Julião. A desapropriação desse engenho foi interpretada como o terceiro elemento incentivador da extensão das bases do movimento, pois foi após esse acontecimento que os camponeses, empolgados com a real possibilidade de realizar a reforma agrária em diversas “Galilias”, incentivaram a criação de muitas outras Ligas Camponesas pelo Nordeste.

⁹⁹ Como foi possível percebermos, Medeiros também destacou essa mudança, mas não fez essa relação.

Bernadete Aued foi a autora com quem mais dialogaram. Isso ficou claro quando analisaram o conflito entre os “julianistas” e os comunistas, desnaturalizando-o e associando a luta armada à ala “julianista” do movimento. A maneira como os autores relativizaram o conflito também se aproxima de Aued, porém estes não a citaram e tomaram como base as ideias de Rangel.

Apesar de se aproximarem significativamente da abordagem de Aued, os autores a criticaram ao apontarem as Ligas como um movimento com atuação política intermitente. Outro ponto de divergência foi a interpretação do conflito das Ligas com o PCB: enquanto Aued o viu como um conflito interno, Motta e Esteves o viram como externo.

Assim como Aued, Motta e Esteves destacaram que esse conflito era motivado pelas estratégias de acesso à terra e que ele deveria ser relativizado, pois as Ligas e o PCB tinham relações próximas. Para ratificar essa relativização, atentaram para a participação das Ligas em diversos eventos promovidos pelo PCB, como o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de 1961.

A parte final do capítulo foi dedicada à análise desse congresso, interpretado por eles, assim como pelos demais autores, como o ápice da divergência entre as duas entidades. Motta e Esteves apontaram, a exemplo de Medeiros e Aued, que os pontos de maior divergência eram as teses de arrendamento, contrato de parceria, extensão da política salarial para o campo e luta contra o latifúndio.

Ao abordarem a estratégia das Ligas para a luta contra o latifúndio, os autores demonstraram que as Ligas, baseadas na revolução socialista cubana, defendiam a luta radical e instantânea pela terra. De posse desta informação, depreendemos que para os autores, Julião tinha um projeto socialista para o Brasil, mas, a exemplo de Medeiros e Aued, não especificaram e/ou problematizaram esse projeto.

Motta e Esteves utilizaram a “vitória” das Ligas para a construção do argumento central. Os autores buscaram, em oposição clara a Aued, apresentar as Ligas Camponesas como um movimento político capaz de fazer frente às ideias do PCB, de “vencê-lo” em debate e de interpretar os anseios das massas rurais e transformá-los em objeti-

vos políticos. Além disso, mostraram que as Ligas só cresceram e se expandiram pela confluência de dois elementos: a capacidade política de interpretar os anseios da população e o crescimento da insatisfação das massas rurais.

Para construir essas análises, os autores seguiram o mesmo caminho de Medeiros e Aued, ou seja, buscaram abordar o movimento a partir de uma perspectiva nacional, plural e heterogênea, mas, novamente, concentraram suas análises nas Ligas de Pernambuco e da Paraíba¹⁰⁰.

Principais pontos a serem retidos

Chegamos ao momento mais esperado para grande parte dos leitores deste capítulo.

A primeira delas está relacionada à interpretação de Medeiros. Sua análise se aproximou significativamente da análise de Azevêdo, no que se refere ao papel político da SAPP, à relação entre o proprietário e os galileus e à mudança do pensamento dos intelectuais e políticos acerca das razões dos problemas nordestinos.

A segunda corresponde ao fato de todos os autores destacarem que a fundação da SAPP representou o início das Ligas Camponesas. Porém, nem todos concordaram quanto ao caráter político dessa sociedade. Enquanto Martins (1983), Motta, Esteves e Medeiros interpretaram a SAPP como uma sociedade com características políticas, Martins (1994) e Aued interpretaram-na como uma sociedade beneficente.

O terceiro elemento diz respeito à relação das Ligas com as demais forças políticas/sociais que atuavam no campo. Como nos apresentou Rangel (2000, p.111), foi possível percebermos que é difícil analisarmos as Ligas Camponesas sem abordarmos, mesmo que superficialmente, o PCB. Todos os autores abordaram, de maneira distintas, ambos os movimentos, apontando suas aproximações e/ou conflitos.

Com relação aos conflitos, os autores concordaram no tocante à sua força motriz: as estratégias de acesso à terra. Apesar dessa concordância, o conflito/relação entre

¹⁰⁰ Para realizar essas análises, os autores utilizaram as seguintes fontes: *Carta de alforria do camponês*, *ABC do camponês* e *Declaração de Belo Horizonte*.

esses dois movimentos foi interpretado de maneiras distintas, como foi analisado ao longo do capítulo.

Os autores também discordaram quanto ao número de líderes/dirigentes do movimento. Por exemplo, enquanto Medeiros apontou quatro diferentes dirigentes, Aued apontou apenas um. Porém, todos os autores concordaram, a torto e a direito, que Francisco Julião foi um dos líderes das Ligas Camponesas.

Já que citamos Julião, vamos retomar como os autores abordaram esse personagem. Curiosamente, cada autor delegou à Julião uma atuação nas Ligas: existiram aqueles que atentaram para a sua atuação política, outros a sua atuação jurídica, os que assinalaram as duas e os que apontaram para uma terceira via, a do “corpo-a-corpo”. Mas todos eles relacionaram a figura de Julião às Ligas, ao ponto de sobrepor-nas.

Essa relação ficou clara quando abordaram a interpretação de Brasil que as Ligas possuíam. Os autores tornaram a possível visão de Brasil de Julião à de todas as Ligas, permitindo-nos indagar: será que todos os 51 dirigentes das Ligas (MORAIS, 1965, p.40) compartilhavam dessa interpretação?

Outras duas lacunas encontradas nesses trabalhos dizem respeito: à abordagem de outras Ligas Camponesas e à participação dos trabalhadores urbanos nas mesmas. Os autores buscaram analisar de maneira genérica e nacional as Ligas Camponesas. Porém, restringiram suas análises às Ligas de Pernambuco e da Paraíba e aos atores sociais do campo. Essa restrição analítica colabora para a crítica daqueles que, como Martins, apontam as Ligas como um movimento sem abrangência nacional e, portanto, superestimado pela bibliografia.

Mais uma vez concordando com Rangel, destacamos que os sociólogos aqui analisados abordaram esse movimento a partir de dois vieses: por um lado, a capitalização do campo e as suas consequências; por outro “a querela sobre quem melhor compreendeu o momento histórico, propondo alternativas viáveis para lidar com essas transformações: foi o PCB ou Julião” (RANGEL, 2000, p. 245)?

Também foi possível percebermos, que ainda não existe uma visão clara acerca do caráter político do movimento. Enquanto Motta e Esteves (2009), Martins (1983) e

Medeiros (1989) interpretaram o movimento como inteiramente politizado, Martins (1994) e Aued (2012) apontaram para a alternância de momentos de maior e menor atuação política.

Todos os autores deram destaque, em algum momento, à atuação jurídica das Ligas Camponesas, porém, grande parte das análises não utilizaram como fonte de pesquisa os processos judiciais. Isso nos permitiu apontar que essa é mais uma das lacunas das abordagens¹⁰¹.

Por fim destacamos que frente a todas essas abordagens diferentes, foi impossível não concordarmos com a observação feita por Sales (2005, p. 127), de que as diferentes análises sobre as Ligas estão associadas ao fato delas terem sido um movimento bastante heterogêneo e, conseqüentemente, passível de ser abordado de diferentes perspectivas.

¹⁰¹ Apesar de apontarmos essas lacunas, concordamos com Paul Veyne (2008, p.23) de que não há História sem lacunas.

CAPÍTULO IV

AS LIGAS E O CONTEXTO INTERNACIONAL

As Ligas Camponesas (1955-64) pertenceram ao período histórico conhecido como *Guerra Fria*. Esse momento teve como principal característica a divisão do mundo em dois blocos - o socialista representado pela União Soviética, e o capitalista, representado pelos Estados Unidos - que buscavam minar a expansão e/ou consolidação do outro bloco, a partir da conquista de novas áreas de influência.

É com o objetivo de analisar como a bibliografia abordou a relação entre as Ligas e esses dois pólos que desenvolvemos o capítulo. Para tanto, analisamos a tese de doutorado de Jean Rodrigues Sales e a obra *A revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil (1955-64)*, de Joseph Page.

4.1. As Ligas e a revolução cubana

Apesar de grande parte dos autores terem assinalado a relação entre as Ligas e o governo revolucionário cubano, apenas Jean Rodrigues Sales a problematizou.

Cuba, na primeira metade do século XX, possuía forte desigualdade econômica, alto nível de desemprego, analfabetismo em massa e aguda dependência do capital norte-americano, presente nas indústrias açucareiras, no capital bancário e no turismo.

A referida situação de dependência começou a ser alterada quando um grupo de jovens revolucionários retirou, em 1959, o ditador Fulgêncio Batista do poder e, entre outras coisas, interferiu nas plantas industriais da Texaco, Esso e Shell (BANDEIRA, p. 204). Em resposta a essas intervenções, o governo norte-americano declarou, em 1961, embargo econômico a Cuba¹⁰². Tal declaração forçou o governo revolucionário a se aproximar, econômica e ideologicamente, da União Soviética (URSS) e a declarar, em 16 de abril de 1961, o caráter socialista do governo¹⁰³.

¹⁰²Concordaram com isso Luís Bernardo Pericás (2004), Luiz Alberto Moniz Bandeira (2006) e Luis Fernando Ayerbe (2004).

¹⁰³No dia seguinte à declaração ocorreu a invasão da Baía dos Porcos, uma ação da CIA para tentar derrubar o governo revolucionário.

Em 1959, Cuba se tornou o único exemplo real, na América Latina, de como um movimento popular de luta armada pode triunfar (AYERBE, 2004, p. 18). Isso atraiu os olhares de comunistas, de conservadores, do governo estadunidense - surpreso com o fato de no “seu quintal” ter ocorrido uma revolução - e, claro, dos membros das Ligas.

Baseado nos depoimentos de Julião e de Moraes e nos documentos oficiais e na imprensa periódica do movimento, Sales fez uma análise consistente e inovadora da relação entre as Ligas e o governo cubano.

Como os demais autores, Sales destacou que após o contato com a revolução cubana, as Ligas mudaram as suas concepções ideológicas. Porém, o autor foi além ao apresentar o porquê das Ligas terem adotado essa revolução como modelo: as posições de Julião e de Moraes. Julião destacara o fato de a revolução cubana ter sido agrária e o Brasil ter um movimento camponês bem estruturado; ou seja, para Julião, as condições que levaram Cuba à revolução estariam presentes no Brasil (SALES, 2005, p. 132). Moraes, por sua vez, atentou para o fato da revolução cubana ter sido a única a conseguir uma distribuição social da terra (SALES, 2005, p. 137).

Segundo Sales, além dos subsídios ideológicos, o governo revolucionário cubano também forneceu ajuda material às Ligas, a partir de treinamentos, mais nominais que reais, dos membros das Ligas em Cuba, e do apoio financeiro aos núcleos guerrilheiros no Brasil (SALES, 2005, pp. 139-41; 146-47).

Por fim, destacamos que a relação entre as Ligas e Cuba foi além do aspecto institucional. Por exemplo, D. Célia Guevara, mãe de Che Guevara, visitou a Liga de Sapé (SALES, 2005, p. 150), ao passo que Elizabeth Teixeira, líder da mesma liga, enviou o seu filho Isaac, com aproximadamente 12 anos, para estudar em Cuba¹⁰⁴.

4.2. As Ligas e a reação norte-americana

J. F. Kennedy assumiu a presidência dos Estados Unidos nos marcos da citada declaração de Fidel e da primazia da URSS na corrida espacial, ou seja, Kennedy assumiu o governo no momento em que o bloco socialista se expandia e se solidificava.

¹⁰⁴ Informação colhida no filme “Cabra Marcado para Morrer”.

Frente a esse quadro, Kennedy criou o projeto Aliança para o Progresso. Esse projeto, que era uma retomada do programa Ponto IV, previa ajuda financeira e assistência técnica aos países “subdesenvolvidos” do continente americano, com o objetivo de melhorar indicadores socioeconômicos e promover reformas sociais. Apesar do apelo humanístico do programa, o principal objetivo dele era evitar o avanço do socialismo sobre os países latino-americanos (KAY, 1999, p. 2). O governo norte-americano acreditava que ao melhorar as condições socioeconômicas da população desses países, o socialismo não encontraria espaço para se desenvolver, pois a população não apoiaria um movimento armado.

Uma das formas encontradas para melhorar as condições socioeconômicas da população foi a reforma agrária¹⁰⁵. Na década de 1960, países como Peru, Equador e Colômbia realizaram reformas agrárias (KAY, 1999, p.2). Porém, tais iniciativas não buscaram a redistribuição social das terras (KAY, 1999, p. 6), mas sim capitalizar as propriedades rurais para aumentar a produtividade agrícola (CHONCHOL, 2003, p. 210) e, conseqüentemente, a produção industrial¹⁰⁶ desses países, transformando os arrendatários em trabalhadores assalariados, o que aumentaria o poder de consumo da população rural (KAY, 1999, pp. 3-4).

No Brasil, não foi essa a estratégia escolhida. É com o objetivo de analisar como a Aliança para o Progresso foi utilizada para cercear a atuação das Ligas Camponesas no Nordeste, que utilizamos a obra de Joseph Page, o primeiro a abordar a relação entre os Estados Unidos da América e as Ligas Camponesas.

A Aliança para o Progresso tinha como procedimento instalar na capital de cada país uma filial da Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional (Usaid), que seria responsável pelo “desenvolvimento” do país como um todo. Porém, o Nordeste foi a única região do mundo a ter a sua própria missão (PAGE, 1972, p. 154).

Segundo Page, o interesse de Kennedy pelo Nordeste aflorou após uma série de reportagens publicadas por Tad Szulc no *The New York Times*, que apresentavam a situ-

¹⁰⁵ Cristóbal Kay (1999) e Jaques Chonchol (2003) destacaram que o incentivo à reforma agrária foi uma forma de evitar a expansão do socialismo na América Latina.

¹⁰⁶ Para Kay (1999; p. 3e7) e Chonchol (2003; p. 210), o aumento da produção agrícola resultaria em um maior fornecimento de alimentos para as cidades e matérias-primas para indústria, ademais, ampliaria o mercado interno de bem manufaturados, ao aumentar o poder de consumo dos pequenos e médios proprietários rurais.

ação de subdesenvolvimento do Nordeste e como os “revolucionários socialistas” aproveitavam tal situação para agitar os camponeses à insurreição¹⁰⁷. Porém, esse não foi o único fator que levou Kennedy a criar um plano especial para o Nordeste: o serviço de inteligência norte-americano (CIA) já estava preocupado com as viagens de Julião à Polônia, Checoslováquia, União Soviética e Cuba, e com a sua relação com Prestes (PAGE, 1972, pp. 66-68). Na interpretação estadunidense, uma revolução no Nordeste significava a perda do Brasil e, quiçá, da América do Sul, para o socialismo (PAGE, 1972, p. 29), e a cidade de Recife funcionava como ponto de substituição de homens e militares em trânsito para a estação de rastreamento de mísseis na ilha de Ascensão (PAGE, 1972, p. 28).

A resposta de Kennedy a tais perigos foi rápida, enviando seu assistente especial, Arthur M. S. Junior, ao Nordeste, para que observasse a situação política da região (PAGE, 1972, p.28) e enviando uma comitiva ao Engenho da Galiléia para prestar assistência aos foreiros¹⁰⁸.

A oportunidade para uma efetiva intervenção no Nordeste surgiu quando Celso Furtado foi a Washington D.C pedir auxílio financeiro para a viabilização da Sudene (PAGE, 1972, p. 87). Essa oportunidade se concretizou em 1962, com a assinatura do “Acordo do Nordeste” (PAGE, 1972, pp. 93-94), que previa a ajuda financeira de 131 milhões de dólares à Sudene e a atuação da Usaid na regulação do uso do dinheiro, na criação de projetos para o “desenvolvimento” da região e, claro, na política local¹⁰⁹.

Logo após a assinatura do acordo, mais especificadamente no “dia 6 de junho de 1962, o órgão assinou um acordo com o governador de Pernambuco, Cid Sampaio, no valor de US\$ 1 milhão, para empreender um programa de construção de escolas” (PAGE, 1972, p. 95).

¹⁰⁷ Em entrevista concedida à Wandeck Santiago (2012; p. 162), Moniz Bandeira, partindo do pressuposto de que o Brasil, na década de 1950-60, era um país predominantemente urbano e industrial, considerou a preocupação norte-americana desnecessária, pois uma insurreição camponesa no Nordeste não teria condições de triunfar.

¹⁰⁸ Segundo Wandeck Santiago (2012; p. 160), foram concedidos aos moradores do Engenho da Galiléia: gabinete dentário, escola e implementos agrícolas.

¹⁰⁹ Segundo Page (1972; p. 94), o acordo assinado, por ser ambíguo, gerou intensa discussão entre as partes brasileira e norte-americana. Enquanto na interpretação brasileira a Usaid não teria autonomia para firmar acordos, na interpretação norte-americana o acordo assinado previa que a Usaid teria autonomia para fazer acordos com outras instituições e, por isso, criava as condições necessárias para a intervenção na política local. Não é necessário dizer qual interpretação foi posta em prática.

Além da ajuda financeira e da intervenção na política local, a Usaid criou um programa de segurança pública, que tinha como braços as polícias civil e militar de Pernambuco (PAGE, 1972, p. 267).

Segundo Page, não foi só por meio da Aliança para o Progresso que o governo norte-americano interveio no Nordeste. A embaixada norte-americana no Rio de Janeiro, o consulado norte-americano no Recife e a CIA também foram utilizados.

Enquanto os funcionários da embaixada norte-americana no Rio de Janeiro atuaram criando escolas em Pernambuco (PAGE, 1972, p. 90), com o objetivo de fornecer capital político ao governador Cid Sampaio - conhecido opositor das Ligas -¹¹⁰ para assim garantir a vitória do candidato apoiado por ele no pleito de 1962¹¹¹, os funcionários do consulado montaram um dossiê sobre a situação política do Nordeste (PAGE, 1972, p. 157), fizeram análises da economia nordestina e as colocaram à disposição dos investidores americanos (PAGE, 1972, p. 157), no intuito de trazer o “progresso” para a região.

A CIA, por sua vez, inseriu membros disfarçados nas embaixadas, consulados e no movimento camponês (PAGE, 1972, pp. 157-58). O mais representativo deles foi um jovem que, atuando como representante da Liga Cooperativa dos Estados Unidos¹¹², fundou cooperativas agrícolas, estabeleceu relações com intelectuais da esquerda e líderes trabalhistas rurais, e, em seu mais audacioso golpe, tentou desarticular as Ligas Camponesas por meio do convencimento da população camponesa de que a fundação de cooperativas resolveria os seus problemas. Além disso, a CIA, por intermédio de seus prepostos, concedeu verbas ao principal órgão de atuação da Igreja no campo (PAGE, 1972, p. 186), o Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (Sorpe)¹¹³.

Com a morte, em novembro de 1963, de J. F. Kennedy, a estratégia de conter “pacificamente” as Ligas Camponesas e, conseqüentemente, a expansão do socialismo na América Latina foi deixada de lado. A estratégia que passou a ser utilizada para re-

¹¹⁰ Concordando com Julião (1962), Page (1972, p.140) destacou o governador Cid Sampaio como um grande repressor das Ligas.

¹¹¹ Para Page (1972, p.140), o governo norte-americano desejava manter os aliados políticos de Sampaio no poder, pois estes também eram opositores das Ligas.

¹¹² Segundo Page (1972, p. 158), essa organização era financiada pela CIA.

¹¹³ A hegemonia da Igreja na organização dos camponeses significava a solução harmoniosa dos conflitos entre proprietários e camponeses e o afastamento do comunismo, pregado pelo PCB e pelas Ligas.

primir os movimentos insurrecionais na América Latina, foi o apoio a governos ditatoriais (PAGE, 1972, p. 224), como o que vigorou no Brasil entre 1964-85.

Principais pontos a serem retidos

Apesar de poucos autores problematizarem a relação das Ligas com os Estados Unidos e o governo revolucionário cubano, a análise de tais relações foi importante para a compreensão da repercussão internacional do movimento.

Com relação à aproximação entre as Ligas e o governo revolucionário, dois aspectos merecem destaque. O primeiro é que a adoção da revolução cubana como modelo ideológico foi motivada pelo fato da revolução ter sido agrária e a única a promover uma redistribuição social de terras. O segundo é que o governo revolucionário era um importante ponto de apoio às Ligas, pois fornecendo tanto apoio financeiro e ideológico ao movimento.

Por fim, destacamos que foi possível perceber que as Ligas tiveram papel de destaque, nas preocupações norte-americanas de evitar a expansão do socialismo no Brasil e, principalmente, na América Latina. A constatação de tal importância contribuiu para deslegitimar aqueles que veem as Ligas como um movimento superestimado pela bibliografia. Os Estados Unidos não gastariam todo esse tempo e dinheiro para conter a expansão de um movimento inofensivo.

CONCLUSÃO

Após analisarmos a historiografia produzida sobre as Ligas Camponesas, percebemos a existência de uma intensa discussão acerca das características políticas do movimento: existem aqueles que, a exemplo de Moraes (1965) e Azevêdo (1982), interpretaram o movimento como exclusivamente político, outros que, como Martins (1994), criticaram a característica política do movimento e os que, como Julião (1962), Bastos (1984) e Motta e Esteves (2009), adotaram a ideia de que o movimento começou benéfico e se transformou em político.

Também existe uma intensa discussão acerca do papel político do camponês no movimento. Os que enxergaram alguma característica política no movimento viram lógicas políticas nas reivindicações e atuações dos camponeses, já os que interpretaram as Ligas como um movimento sem características políticas caracterizaram os camponeses como pessoas preocupadas com questões técnicas e funerárias.

Destacou-se a necessidade de estudos sobre a atuação do movimento em outras regiões do Brasil, para além de Pernambuco e da Paraíba. Uma vez que, a maioria das análises se concentrou nessas duas regiões e as que se propuseram abordar o movimento nacionalmente também voltaram suas análises para Pernambuco e Paraíba.

Precisamos analisar a participação dos proletários urbanos nas Ligas, já que, apesar de terem assumido cargos de liderança no movimento, poucos estudos abordaram a participação desse grupo nas Ligas.

A necessidade de mais estudos que abordem as interpretações de Brasil e do próprio movimento que os demais 49 líderes das Ligas possuíam. Visto que, a maioria das análises se restringiu a abordar as interpretações de Clodomir de Moraes e Francisco Julião. Poucos foram os estudos como o de Rangel, que abordou as ideias de Elizabeth Teixeira, líder da Liga de Sapé.

Necessitamos também pesquisar sobre o contato da CIA com instituições civis opositoras ou “concorrentes” das Ligas e realizar estudos como os de Rangel e de Bas-

tos, que focaram, a partir de entrevistas com os próprios camponeses, suas análises nos trabalhadores rurais, demonstrando suas concepções de luta, estratégias e motivações.

Com relação às fontes, duas foram as lacunas encontradas: a necessidade de análise dos processos judiciais, já que todos os autores deram destaque, em algum momento, à atuação jurídica das Ligas Camponesas, porém, grande parte das análises não utilizaram como fonte de pesquisa os processos judiciais; a ausência de estudos como os de Azevêdo, que analisou como a imprensa brasileira abordou as ações do movimento, mais especificadamente, como o jornal *Estado de São Paulo* noticiou a desapropriação do Engenho da Galiléia.

Bibliografia:

- ALBUQUERQUE, Durval Muniz. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 4ª edição. São Paulo/Recife: Cortez/Massangana, 2009.
- AUED, Bernadete. Nos caminhos da cisão. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). *A Questão Agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964*. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2012, pp. 77-101.
- AYERBE, Fernando. *A revolução cubana*. São Paulo: Unesp, 2004.
- AZEVEDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BANDEIRA, Luiz A. M. *A formação do império americano: da guerra contra a Espanha à guerra contra o Iraque*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- BASTOS, Elide Rugai. *As Ligas Camponesas*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O ofício do historiador*. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. O Estado Novo: o que trouxe de novo?. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, vol.2, pp. 107-143.
- CHONCHOL, Jacques. La Reforma Agraria en América Latina. In: VEGA, John D. Vargas (Org.). *Proceso agrario en Bolivia y América Latina*. CIDES- UMSA, pp. 205-222.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Trabalhismo, Nacionalismo e Desenvolvimento. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história*. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2001, pp.167-204

GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro Séculos de Latifúndio (1963). In: STÉDILE, João Pedro (Org.). *A Questão Agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1960*. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2011, pp.35-77.

_____. As três frentes da luta de classes no campo brasileiro (1960). In: STÉDILE, João Pedro (Org.). *A Questão Agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1960*. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2011, pp. 89-111.

HOBBSAWM, Eric; e RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

JULIÃO, Francisco. *Que são as Ligas Camponesas?*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

PRADO Jr., Caio Prado. Contribuição para a Análise da Questão Agrária no Brasil. In: _____. *A Questão Agrária no Brasil*. 2ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979, pp. 15-85.

KAY, Cristóbal. Mirando hacia atrás: el tiempo de las reformas agrarias. *Revista Envío*, nº 208, julho de 1999.

MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil. In: _____. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 1983, pp.21-102.

_____. A aliança entre capital e propriedade da terra no Brasil: a aliança do atraso. In: _____. *O poder do atraso*. São Paulo: HUCITEC, 1994, pp.52-94.

MEDEIROS, Leonilde Sérvo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

_____. *Lavradores trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo*. 1995. Tese – IFCH, Unicamp.

-
- _____. Movimentos Sociais no Campo, Lutas por Direitos e Reforma Agrária na Segunda Metade do Século XX. In: CARTER, Miguel (Org.). *Combatendo a Desigualdade Social: o MST e a Reforma Agrária no Brasil*. Tradução de Cristina Yamagami. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- MORAIS, Clodomir Santos de. *Historia das ligas Camponesas do Brasil*. 1965. Disponível em: <http://r1.ufrj.br/cpda/als/corpo/html/teses/tese_cmorais.htm>. Acessado em: 18/3/2013.
- MOTTA, Márica; ZARTH, Paulo (orgs.). *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade dos conflitos ao longo da história*. Volume 2. São Paulo/Distrito Federal: UNESP/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2009.
- NOVAES, Regina Reyes. *De Corpo e Alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no Campo*. Rio de Janeiro: Ed. Graphia, 1997.
- PAGE, Joseph A. *A revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil (1955-64)*. Rio de Janeiro: Record, 1972.
- PAOLI, Maria Célia; SÁDER, Eder; e TELLES, Vera da Silva. Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico, *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.3, n.6, pp. 129-149, 1983.
- PÉREZ, Manolo Monereo. *Che Guevara: contribuição ao pensamento revolucionário*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.
- PERICÁS, Luiz Bernardo. *“Che” Guevara e o debate econômico em Cuba*. São Paulo: Xamã, 2004.
- PROST, Antoine. *Doze lições sobre a História*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- RANGEL, M. do S. *Medo da morte e esperança de vida: uma história das Ligas Camponesas*. Campinas, 2000. Dissertação (Mestrado).

- REIS FILHO, Daniel Aarão. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge(org.). *O populismo e sua história*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2001, pp. 319-377.
- SALES, Jean Rodrigues. *O impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974)*. Campinas, 2005. Tese (doutorado).
- SANTIAGO, Wandek. Francisco Julião, as ligas e o golpe militar de 1964. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). *A Questão Agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964*. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2012, pp. 157-186.
- SANTOS, Leonardo Soares. As Ligas Camponesas do PCB: a transformação da questão agrária em ação política (1928-1947). *Trocadero*, n° 17, 2005, pp.77 – 98.
- SILVA, José Francisco Graziano. *O que é questão agrária*. 6ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- TAVARES, Cláudio. Caio Prado e a Questão Agrária no Brasil. In:_____. *A Questão Agrária no Brasil*. 2ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979, pp. 173-184.
- THOMPSON, E. P.. *A Formação da Classe Operária Inglesa – Vol. I*. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- TOLEDO, Caio Navarro. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.24, n.47, pp. 15-28, 2004.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Tradução de Alda Baltazar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4ª ed. Brasília: editora UnB, 2008.
- VINHAS, Moisés. Problemas agrário-camponeses do Brasil (1968). In: STÉDILE, João Pedro (Org.). *A Questão Agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1960*. 2ª edição. São Paulo: ed. Expressão Popular, 2011, pp. 127-168.

WELCH, Clifford Andrew. Movimentos sociais no campo até o golpe militar de 1964: a literatura sobre as lutas e resistências dos trabalhadores rurais do século XX. *Lutas & Resistências*, Londrina, v.1, pp.60-75, set.2006.

Periódicos:

Correio da Manhã. N° 20.602, edição de 26/5/1960. 1° caderno; p.16.

Correio da Manhã, edição de 5 de Junho de 1959, pag. 4.

Correio da Manhã, edição de 20 de setembro de 1959, número 20395, 1° caderno, pag. 21.

Correio da Manhã, edição de 30 de janeiro de 1963.

Novos Rumos. N° 67, edição de 10 a 16 de junho de 1960; p.3.

Filme:

Cabra Marcado Para Morrer. Produção de Eduardo Coutinho. RJ: Globo Vídeo, 1985. DVD/VHS.

